



MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO

Buscamos sempre construir relacionamentos com as comunidades onde atuamos, visando oferecer uma solução completa de casa e construção para nossos clientes, sempre cultivando a alma do interior, que nos norteia em nosso crescimento, e foi com este objetivo em mente que alcançamos marcos muito importantes em 2021. Inauguramos 70 novas lojas, além de 2 novos centros de distribuição, e começamos a nossa jornada em dois novos estados – Mato Grosso do Sul e São Paulo. Apresentamos crescimento de vendas e ganho de mercado, divulgamos o nosso primeiro Relatório de Sustentabilidade, e fomos reconhecidos através das certificações Great Place to Work (GPTW) e Top Employers como uma empresa que investe e se orgulha do nosso maior diferencial, os nossos mais de 7,8 mil colaboradores, que colocam em prática diariamente os valores da companhia. Acreditamos que temos ainda diversos marcos a serem atingidos, seja fazendo cada dia melhor o que fizemos ao longo da nossa trajetória, ou inovando como no projeto Figital.

Ganhar mercado é um dos pilares da nossa companhia, e neste ano conseguimos novamente desempenhar muito bem nesta frente, tanto no crescimento das lojas existentes, quanto na abertura de novas lojas e conquista de novos mercados. Terminamos o ano com 15,1% de crescimento de vendas mesmas lojas (SSS), um feito que se mostra ainda mais relevante, pois foi feito sobre uma base de 2020, quando crescemos 18,2% SSS. O crescimento total de vendas no ano foi de 23,8%, isso representa um crescimento total de 58,4% em relação a 2019, e materializa os resultados alcançados ao longo da pandemia de Covid-19, um período em que todos os nossos colaboradores e parceiros trabalharam incansavelmente para superar diferentes adversidades impostas pela conjuntura econômica-social vigente, no qual mais uma vez demonstramos a força de nossas equipes.

O mercado de varejo, no qual estamos inseridos, apresentou expansão entre o 3T20 e o 2T21, e conseguimos ganhar mercado, com crescimentos médios de 34,9% SSS ao longo deste período. Acreditamos que diversos fatores contribuíram para o desempenho do mercado onde atuamos neste período, como: renda disponível dos consumidores, que reduziram seus gastos em atividades como entretenimento e passaram a investir mais em suas casas, e em menor grau foram beneficiados pelos auxílios governamentais; economias locais menos afetadas pela pandemia dado as dinâmicas específicas de pequenas e médias cidades aliadas a um bom desempenho do setor agropecuário, bastante relevante para essas economias. No segundo semestre de 2021, esperávamos um cenário mais desafiador, pois teríamos uma forte base de comparação, e acreditávamos que algumas das variáveis se invertem com o recrudescimento da pandemia, e a população voltaria a gastar com atividades não realizadas nos meses anteriores, como viagens e entretenimento, deixando menos renda disponível para gastos em nossas lojas. E foi este o cenário base que se concretizou, com o efeito adicional negativo da piora do cenário macroeconômico brasileiro. Mesmo assim, conseguimos manter o nível de vendas ao longo do segundo semestre e ganhar mercado, demonstrando que os ganhos obtidos nos últimos trimestres podem ser sustentáveis e representar uma nova base a partir da qual continuaremos a buscar crescimento.

O segundo caminho para o ganho de mercado é a expansão orgânica. Atingimos o nosso objetivo de abrir 70 novas lojas, acelerando o ritmo de crescimento, frente as 50 lojas abertas no ano anterior. Celebramos a abertura da loja #400 da rede, ainda no início do ano, e encerramos o período com 465 lojas, agora distribuídas em 377 cidades em 5 estados: 245 lojas possuem mais de 5 anos de operação; 100 lojas entre 2 e 5 anos; e 120 lojas com até 2 anos de operação. Estas lojas com menos de 5 anos de operação ainda apresentam um forte potencial de crescimento, com base na curva de maturação vista na última década, o que representam um crescimento contratado para os próximos anos, fruto do trabalho desenvolvido e aprimorado ao longo do tempo. A Lojas Quero-Quero nasceu no interior do Rio Grande do Sul, e sempre busca uma expansão geográfica progressiva em regiões próximas de onde já atuamos. Assim, na década de 1990 iniciamos a operação em Santa Catarina e na década de 2010 no Paraná. A região Sul ainda é nosso maior foco de crescimento no curto e médio prazo, onde existem aproximadamente 191 cidades em que ainda não atuamos, e que apresentam condições favoráveis para a abertura de pelo menos uma loja. Embora com um grande potencial de expansão nas regiões onde a companhia já tem uma forte presença, iniciamos em 2021 a operação no Mato Grosso do Sul e em São Paulo. Estas serão as novas fronteiras de crescimento no longo prazo, sempre em pequenas e médias cidades do interior, onde pretendemos oferecer maior diversidade de produtos e um serviço mais completo para os consumidores, e consequentemente termos um relacionamento ainda mais duradouro com as comunidades. Temos mapeadas mais de 300 cidades adicionais que podem receber ao menos uma loja nestes dois novos estados, expandindo ainda mais o nosso mercado potencial.



Mapa de lojas ao final de 2021, sendo os pins laranjas as lojas inauguradas durante o ano. Além da abertura de novas lojas, foram realizadas transformações em 55 lojas, que representam importantes alavancas para atração de novos clientes e ganho de mercado nas cidades onde já atuamos. Atualmente, contamos com 57 lojas no formato tradicional, 283 Mais Construção I, 99 Mais Construção II e 26 Mais Construção III. Ao longo dos próximos anos vislumbramos a oportunidade de transformar todas as lojas tradicionais para um dos novos formatos, e ainda fazer evolução de parte das lojas Mais Construção I para os formatos mais completos. Acreditamos no potencial de crescimento nas cidades onde atuamos, uma vez que estas apresentam um mercado de material de construção pulverizado, do qual nossa participação representa aproximadamente 7% dos mercados locais, segundo estimativas internas baseadas nos dados do IBGE (Pesquisa Anual do Comércio e Pesquisa Mensal do Comércio). Estimamos que o mercado brasileiro de varejo de material de construção tenha atingido aproximadamente R\$ 230 bilhões em 2021, sem contar o mercado de eletrodomésticos e móveis, e grande parte do mercado está nas pequenas e médias cidades abaixo de 300 mil habitantes, que concentram aproximadamente 60% da população do país.

Para continuar crescendo e expandindo, investimos em dois novos Centro de Distribuição (CDs). No 1T21 inauguramos o novo CD de Sapiranga – RS, que substitui uma operação existente na mesma cidade, enquanto no 2T21 inauguramos o primeiro CD fora do estado do Rio Grande do Sul, na cidade de Corbélia – PR, que serve como base para continuarmos expandindo as regiões de atuação, e melhorar o nível de serviço de nossas lojas. Junto com estes dois novos CDs, a mudança realizada no 1T20 da operação do centro de distribuição de Santo Cristo – RS, o mais antigo da Companhia e localizado na cidade natal da Lojas Quero-Quero, para um novo local, na mesma cidade, permitiu ampliar a nossa capacidade de armazenagem em aproximadamente 3 vezes, com investimentos realizados em um intervalo de um pouco mais de um ano.

Um projeto que ganhou destaque durante 2021 foi o Figital, que tem o objetivo de proporcionar aos nossos clientes de cidades pequenas e médias o acesso a produtos que eles só encontrariam em uma *home center* de cidades grandes através de uma plataforma digital. Ainda em 2020, aproveitando-se do processo de digitalização causado pelo cenário de pandemia, a Companhia deu início ao projeto “Quero-Quero Muito Mais” (1P), que mais tarde veio a se tornar o Figital (1Plar). No primeiro trimestre de 2021, iniciamos o desenvolvimento do 1PLar, reforçando nossas equipes e desenvolvendo parcerias com novos e atuais fornecedores. No segundo e terceiro trimestre, adequamos parte da área do antigo centro de distribuição de Sapiranga-RS para receber o showroom do 1PLar e finalizamos o showroom virtual, um ambiente que representa mais de 4.000 m², e a plataforma digital de vendas vinculado ao novo site de e-commerce. Ampliamos ainda significativamente o mix de produtos em categorias em que já atuamos, como em iluminação e também incluímos novas categorias, como Decoração, Segurança, entre outras, introduzindo mais de 17 mil novos SKUs em nosso mix. Avançando ainda mais no projeto, durante o quarto trimestre, em outubro, iniciamos a primeira onda do projeto, levando o piloto a 63 lojas da rede e, posteriormente, em uma segunda onda, a mais 136 lojas, finalizando o ano com 199 das 465 lojas da rede no projeto piloto.

Ao longo desse ano, também percebemos uma retomada da demanda por crédito por parte de nossos clientes. No início da pandemia, vimos uma redução da carteira de recebíveis, decorrente de uma postura mais conservadora na concessão de crédito e de uma maior renda disponível de nossos clientes. Gradualmente observamos uma maior utilização do cartão VerdeCard em 2021, tanto dentro quanto fora de nossas lojas, o que indica uma tendência de normalização na demanda. Desta maneira, apresentamos crescimento na carteira de recebíveis neste ano, mais alinhado com o crescimento do varejo, mantendo níveis saudáveis de rentabilidade. Também observamos o aumento da utilização por parte de nossos clientes dos novos produtos oferecidos através do app QQPag, que unifica a gestão do cartão VerdeCard, e oferece uma conta digital integrada com o Pix. Atendemos assim os nossos clientes atuais, e aumentamos o público-alvo, alcançando clientes que não possuem ou não querem ter um cartão de crédito neste momento, mas que passam a contar com uma alternativa de conta digital. O aplicativo se beneficia da capilaridade de nossas lojas, como ponto de contato adicional e de prestação do serviço de saque. Acreditamos que assim estamos posicionados para atender os nossos clientes quando eles desejarem utilizar produtos e serviços financeiros digitais, sempre mantendo o relacionamento direto e presença local.

Mesmo com todas estas realizações, não podemos nos esquecer que ainda presenciamos um momento ímpar de nossa sociedade devido à pandemia de Covid-19, que estava em um cenário mais grave no início do ano. Sentimos novamente a necessidade de nos mobilizarmos para ajudar as nossas comunidades que enfrentavam um momento tão desafiador, e promovemos então a Páscoa da Esperança, que contou com doações da Companhia, de seus diretores, conselheiros e colaboradores, para novamente levar cestas básicas a aqueles que mais precisavam. Como resultado desta ação, e de outras realizadas também em 2020, a Lojas Quero-Quero utilizou a sua capacidade operacional para doar e entregar cerca de 38 mil cestas básicas para as mais de 300 cidades onde atuava nos três estados da região Sul, contando com o apoio e experiência da rede de Bancos de Alimentos do Rio Grande do Sul, distribuindo assim mais de 500 toneladas de donativos.

Nesta jornada como corporação listada da B3, e de compromisso com todos os stakeholders da companhia, divulgamos no 4T21 o primeiro Relatório de Sustentabilidade das Lojas Quero-Quero. Nele apresentamos a nossa estrutura de governança, seguindo os melhores parâmetros do Novo Mercado, as diversas iniciativas sociais realizadas, o investimento na formação e capacitação de nossos colaboradores, através de programas como QQTech, formação de gerentes de lojas, programa de *trainees*, que culminaram em aproximadamente 1.000 promoções internas nos últimos doze meses, além de iniciativas visando a conservação do meio ambiente e crescimento sustentável, como redução da distância média percorrida pela malha logística para atendimento de nossas lojas, investimento em redução do consumo de energia elétrica em lojas, e a contratação de 6 usinas fotovoltaicas com capacidade instalada de aproximadamente 7,8MWp

LOJAS QUERO-QUERO S.A.

CNPJ sob n° 96.418.264/0218-02 | NIRE n° 4330002898-4

Companhia de Capital Aberto

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

com previsão de início de operação em 2022.

Formamos 205 novos gerentes de lojas em 2021, e terminamos o ano com mais de 447 profissionais internos dentro dos programas de formação para gerentes de lojas. Acreditamos e continuamos investindo na capacitação de nossas equipes, que vivem no dia a dia nossos valores. Também realizamos a 11ª edição do programa de *trainees* corporativos, que contou com mais de 5.500 candidatos, e representa uma fonte única de talento a contribuir com o crescimento e melhoria da organização. O foco nas pessoas, inerente em nossa cultura, exemplificado nos programas de formação, é o que nos possibilitou receber as certificações *Great Place to Work (GPTW)* e *Top Employers*.

Completamos também 1 ano do IPO das Lojas Quero-Quero, que marcou a listagem da primeira varejista de materiais de construção na B3, uma das primeiras operações de *equity* no mercado de capitais brasileiros após o início da pandemia de Covid-19, e primeira listagem de uma Corporação em mais de 13 anos no Brasil. Também ficamos felizes de termos sido reconhecidos e sermos citados no ranking de *small caps* da América Latina do Institutional Investor, e de termos sido selecionados como uma das 3 melhores operações de *equity* em 2020 no prêmio Golden Tombstone, organizado pelo IBEF-SP. Além disso, fomos incluídos nos índices GPTW, SMLL, IBRA, ICON e IGCT da B3 em 2021.

Graças ao empenho e dedicação de nossos colaboradores mantivemos a trajetória de melhoria e crescimento contínuo dos últimos anos. Seguimos investindo para buscar um crescimento sustentável, construir uma empresa cada vez melhor e impactar positivamente a sociedade. O ano de 2022 apresenta desafios e oportunidades de crescimento. As expectativas macroeconômicas de curto prazo apresentaram deterioração ao longo do último ano, e é neste cenário que buscaremos utilizar os nossos pontos de diferenciação para continuar ganhando mercado. Temos como meta a abertura de 70 a 85 novas lojas, pois acreditamos no potencial de longo prazo dos mercados onde atuamos e da capacidade da nossa estratégia de gerar valor tanto para os nossos acionistas, quanto para todos os colaboradores e clientes da Lojas Quero-Quero. Neste ano completaremos 55 anos de história, um momento de celebrar as conquistas do passado, mas sempre olhando para a frente, visando o crescimento de todos ao nosso redor. Agradecemos a todos acionistas, colaboradores e suas famílias, comunidades em que atuamos, clientes e fornecedores pela confiança depositada nesta Companhia.



Em sentido horário: (i) Fachada filial de Querência do Norte - PR; (ii) Fachada filial de Mundo Novo-MS; (iii) Fachada da filial de Cidade Gaúcha - PR; (iv) Fachada da filial de Junqueirópolis - SP; e (v) Fachada filial de Mallet - PR.

DIVULGAÇÃO DE RESULTADOS 2021

Cacheirinha, 10 de março de 2022. A Lojas Quero-Quero S.A. anuncia seu resultado anual de 2021.

Informações Consolidadas (R\$ milhões)	2021	2020	% 2021 vs 2020	2019	% 2021 vs 2019
Receita Bruta, Líquida de Devoluções e Abatimentos	2.518,4	2.029,2	24,1%	1.653,3	52,3%
Receita Operacional Líquida¹	2.033,6	1.621,2	25,4%	1.344,0	51,3%
Lucro Bruto	793,9	669,8	18,5%	542,0	46,5%
Margem Bruta (%)	39,0%	41,3%	(2,3)p.p.	40,3%	(1,3)p.p.
Despesas Operacionais	(630,0)	(516,2)	(22,0%)	(428,1)	(47,2%)
EBITDA	246,3	214,8	14,7%	162,5	51,6%
Margem EBITDA (%)	12,1%	13,3%	(1,1)p.p.	12,1%	0,0p.p.
EBITDA Ajustado²	182,2	163,2	11,6%	124,6	46,2%
Margem EBITDA Ajustado (%)	9,0%	10,1%	(1,1)p.p.	9,3%	(0,3)p.p.
Lucro Líquido	68,2	67,9	0,5%	30,1	126,5%
Margem Líquida (%)	3,4%	4,2%	(0,8)p.p.	2,2%	1,1p.p.
Lucro Líquido Ajustado ex-SOP e ex-IFRS16	86,3	74,6	15,7%	32,2	168,2%
Margem Líquida Ajustada ex-SOP e ex-IFRS16	4,2%	4,6%	(0,4)p.p.	2,4%	1,8p.p.
Crescimento de Vendas Mesmas Lojas (SSS)	15,1%	18,2%	6,0%	6,0%	
ROIC Ajustado³	18,4%	29,6%	(11,2)p.p.	26,4%	(8,1)p.p.

- (1) A receita operacional líquida é impactada negativamente pela alteração na legislação do ICMS-ST/RS (decreto nº 54.308/2018), a partir de março de 2019, que levou ao aumento do montante reconhecido na conta de Impostos Incidentes Sobre a Venda, e diminuição do Custo das Mercadorias Vendidas.
- (2) O EBITDA Ajustado representa uma medição não contábil elaborada pela Companhia que corresponde ao EBITDA acrescido de itens não-recorrentes ou não-operacionais, e deduzido do impacto do IFRS16/CPC06 (R2) (Pronunciamento Técnico CPC 06 (R2) – Arrendamentos) adotado em 2019.(3) ROIC (Return On Invested Capital ou Retorno Sobre o Capital Investido) Ajustado representa uma medição não contábil elaborada pela Companhia. O ROIC Ajustado é uma divisão do Lucro Operacional Ajustado Depois de Impostos (Adjusted Net Operating Profit After Taxes, “NOPAT Ajustado”) pela média do Capital Investido dos últimos quatro trimestres (Capital Investido – média dos últimos quatro trimestres).
- O crescimento da Receita Bruta, Líquida de Devoluções totalizou 24,1% em 2021. A Companhia apresentou crescimento de Vendas Mesmas Lojas (SSS - Same Stores Sales) de 15,1% em 2021 (crescimento de 35,3%, considerando apenas as lojas existentes de 2019). Dessa forma, a Companhia ganhou participação de mercado no acumulado do ano, ficando assim, acima dos dados divulgados pelo IBGE (PMC).
 - O Lucro Bruto avançou 18,5% em 2021, com Margem Bruta de 39,0% no acumulado do ano.
 - Despesas Operacionais totalizaram R\$630,0 milhões no acumulado do ano, crescimento de 22,0%. O aumento das despesas operacionais refletiu a implementação do projeto Figital assim como maior investimento em logística e na expansão via abertura de novas lojas.
 - EBITDA Ajustado de R\$182,2 milhões em 2021, com Margem EBITDA Ajustado de 9,0%. Crescimento de EBITDA ajustado 11,6% no ano (46,2% em relação a 2019) e redução de 1,1p.p. na Margem EBITDA Ajustado em 2021 (-0,3p.p. vs. 2019).
 - Lucro Líquido totalizou R\$68,2 milhões em 2021. Crescimento de Lucro Líquido de 0,5% no ano. Desconsiderando impactos do Plano de Opção de Compra de Ações (SOP) e do IFRS-16, o Lucro Líquido do ano teria sido de R\$86,3 milhões, crescimento de 15,7% vs. 2020.

Demonstrações do Resultado Consolidado (R\$ milhões)	2021	2020	% 2021 vs 2020	2019	% 2021 vs 2019
Receita Bruta Líquida de Devoluções	2.518,4	2.029,2	24,1%	1.653,3	52,3%
Impostos	(484,8)	(408,1)	(18,8%)	(309,2)	(56,8%)
Receita operacional líquida	2.033,6	1.621,2	25,4%	1.344,0	51,3%
Venda de mercadorias	1.482,4	1.182,7	25,3%	934,9	58,6%
Serviços prestados	551,2	438,4	25,7%	409,1	34,7%
Custos das mercadorias vendidas e dos serviços prestados	(1.239,7)	(951,4)	(30,3%)	(802,0)	(54,6%)
Lucro bruto	793,9	669,8	18,5%	542,0	46,5%
Recargas (despesas) operacionais	(630,0)	(516,2)	(22,0%)	(428,1)	(47,2%)
Vendas	(429,2)	(346,4)	(23,9%)	(287,7)	(49,2%)
Administrativas e gerais	(188,4)	(151,8)	(24,1%)	(125,6)	(50,0%)
Outras despesas operacionais, líquidas	(12,4)	(18,0)	31,1%	(14,8)	15,8%
Lucro Operacional antes do Resultado Financeiro Líquido	163,9	153,6	6,8%	114,0	43,8%
Resultado Financeiro Líquido	(71,7)	(55,1)	(30,1%)	(66,5)	(7,9%)
Despesas financeiras	(115,0)	(74,1)	(55,1%)	(82,5)	(39,4%)
Receitas financeiras	43,3	19,0	127,6%	16,0	170,2%
Lucro antes do imposto de renda, e da contribuição social	92,2	98,4	(6,3%)	47,5	94,1%
Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos	(24,0)	(30,6)	21,4%	(17,4)	(38,0%)
Imposto de renda e contribuição social correntes	(16,9)	(29,9)	43,3%	(15,3)	(10,6%)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(7,1)	(0,7)	(889,3%)	(2,1)	(239,1%)
Lucro líquido do exercício	68,2	67,9	0,5%	30,1	126,5%

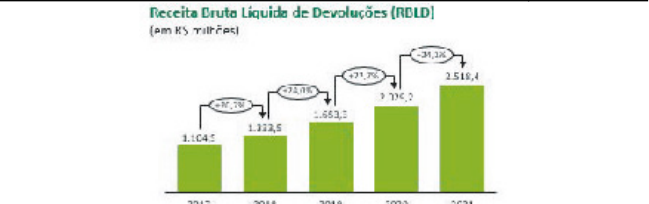
DESEMPENHO OPERACIONAL

Em um ano mais desafiador devido à base de comparação mais forte do segundo semestre, o crescimento da receita de Varejo foi de 23,8% no ano (58,4% vs. 2019). As vendas mesmas lojas (SSS) apresentaram um desempenho positivo no total do ano, atingindo 15,1% em 2021 (crescimento de 35,3% vs. 2019 considerando apenas lojas existentes em 2019). A Companhia encerrou o ano com 465 lojas, tendo inaugurado 25 novas lojas durante o último trimestre (70 aberturas no ano), incluindo 4 novas lojas no estado de São Paulo e 1 nova loja no estado do Mato Grosso do Sul. Em relação ao ano anterior, a companhia obteve um crescimento de 17,7% na base de lojas, e um crescimento de 18,4% na área de vendas.

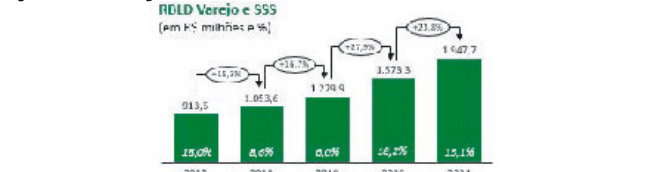
Informações Operacionais	2021	2020	% 2021 vs 2020	2019	% 2021 vs 2019
Total de lojas	465	395	17,7%	346	34,4%
Rio Grande do Sul	290	280	3,6%	267	8,6%
Santa Catarina	75	59	27,1%	47	59,6%
Paraná	94	56	67,9%	32	193,8%
Mato Grosso do Sul	2	-	-	-	-
São Paulo	4	-	-	-	-
Área de vendas (000s m²)	314	265	18,4%	229	37,1%

Dentre as 465 lojas, 57 são do formato tradicional, 283 Mais Construção I, 99 Mais Construção II e 26 Mais Construção III.

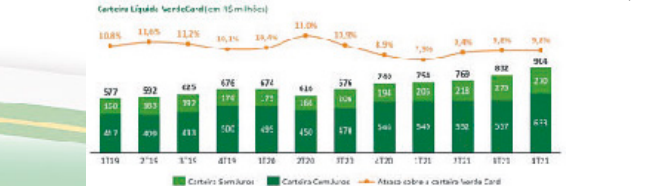
DESEMPENHO FINANCEIRO					
Receita Bruta, Líquida de Devoluções e Abatimentos (RBLD) - A RBLD totalizou R\$2.518,4 milhões em 2021, ante R\$2.029,2 milhões em 2020, com crescimento de 24,1% (52,3% vs. 2019).					
Atividades de Negócios (R\$ milhões)	2021	2020	% 2021 vs 2020	2019	% 2021 vs 2019
Receita Bruta, Líquida de Devoluções e Abatimentos	2.518,4	2.029,2	24,1%	1.653,3	52,3%
Varejo	1.947,7	1.573,3	23,8%	1.229,9	58,4%
Serviços Financeiros	501,3	391,8	27,9%	359,9	39,3%
Cartão de Crédito	69,3	64,1	8,2%	63,5	9,2%



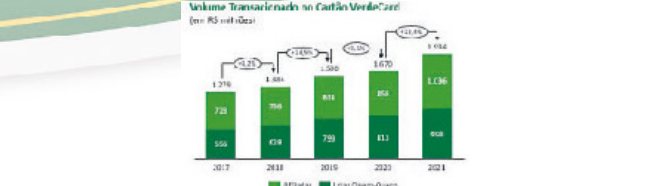
A atividade de negócio de Varejo cresceu 23,8% no ano (58,4% vs. 2019), representando 77,3% das receitas da Companhia, resultado do crescimento de 15,1% da venda mesmas lojas (SSS) e do aumento decorrente da expansão com o amadurecimento das lojas abertas nos últimos 12 meses (17,7% de crescimento da base de lojas em relação ao final de 2020). Continuamos observando crescimento na receita e ganhos de mercado no segmento de material de construção, mesmo com uma base de comparação alta, devido à forte performance de vendas desde o início da pandemia. O reflexo deste resultado positivo deve-se à execução acertada dos projetos de transformação de lojas para os modelos mais construção fases I, II e III e a maturação das lojas abertas nos últimos anos. Os segmentos de eletrodomésticos e móveis apresentaram um desempenho mais fraco ao longo do segundo semestre, seguindo a tendência observada no mercado.



A RBLD de Serviços Financeiros totalizou R\$501,3 milhões em 2021, com crescimento de 27,9% em relação ao ano anterior. A carteira líquida com juros (originada pelos cartões VerdeCard) ao final do período foi de R\$633,2 milhões, frente a R\$449,8 milhões no final do 2T20, mantendo a retomada contínua do crescimento desde o início da pandemia. Em relação ao final de 2020 e 2019, quando a carteira era de R\$546,2 milhões e R\$499,6 milhões, houve crescimento de 15,9% e 26,7%, respectivamente. O crescimento da receita de serviços financeiros superior ao crescimento da receita de varejo é decorrente da origemação de títulos dos últimos trimestres, pois no início da pandemia adotamos uma estratégia mais conservadora na concessão de crédito, ao mesmo tempo que o Varejo apresentou uma performance positiva, e gradualmente vimos a carteira de crédito voltar a crescer, que se reflete no crescimento atual das receitas. O atraso sobre a Carteira VerdeCard manteve-se no mesmo patamar do 3T21, ficando em 9,8% ao final do 4T21. Dessa forma, o atraso sobre a carteira voltou a níveis similares ao observado no período pré-pandemia (10,1% no 4T19).



A atividade de Cartão de Crédito apresentou crescimento de 8,2% de receita em 2021, representando assim 2,8% das receitas da Companhia. O volume transacionado com o cartão VerdeCard, prejudicado no ano anterior principalmente pela queda nas compras nos segmentos de combustíveis, confecções e calçados, e bares e restaurantes, voltou a crescer em 2021 com a tendência de normalização do cenário econômico-social o que representa uma propensão de crescimento na origemação de recebíveis. Desta maneira, o crescimento anual do volume transacionado foi de 19,4% (25,5% vs. 2019), alcançando R\$1.994,2 milhões, sendo R\$1.036,4 milhões em estabelecimentos conveniados e R\$957,8 milhões nas nossas lojas, crescimentos 20,8% e 17,9%, respectivamente, frente ao ano anterior (24,8% e 26,2% vs. 2019). Assim como no ano anterior, o crescimento de vendas de Varejo foi superior ao crescimento do volume transacionado no cartão, beneficiado pelo volume adicional de vendas na modalidade à vista, reflexo da estratégia comercial adotada ao longo da pandemia. Em relação às vendas em nossas lojas ao longo de 2021, o VerdeCard representou 49% do total.



Receita Operacional Líquida - A Receita Operacional Líquida totalizou R\$2.033,6 milhões em 2021, ante R\$ 1.621 milhões no ano anterior (R\$1.344,0 em 2019), com crescimento 25,4% (51,3% vs. 2019). A parcela da Receita Operacional Líquida referente à Venda de mercadorias totalizou R\$1.482,4 milhões em 2021, com crescimento de 25,3%. Já a parcela referente à receita de Serviços prestados totalizou R\$551,2 milhões em 2021, com crescimento de 25,7%.

Lucro Bruto - A Companhia encerrou o ano de 2021 com R\$793,9 milhões de Lucro Bruto, equivalente a um crescimento de 18,5% em relação a 2020 (46,5% vs. 2019). Houve uma redução de margem no ano frente ao ano anterior, que apresentou margens acima do histórico, influenciada por fatores conjunturais daquele momento, assim atingimos uma margem consolidada de 39,0% em 2021 vs. 41,3% no 2020. No segundo semestre de 2020, a margem de mercadorias vendidas foi beneficiada por um cenário de varejo menos promissor, onde os repasses de preço, alta demanda e baixa oferta de produtos alavancaram provisoriamente a margem bruta. Agora vemos um cenário mais normalizado frente ao ano anterior, e uma margem mais alinhada com o histórico pré-pandemia. Na margem de serviços prestados ainda observamos uma pressão em decorrência dos aumentos recentes da taxa Selic refletidos no custo de captação e da gradual retomada da inadimplência aos níveis históricos da carteira de crédito. Conforme movimento do mercado, as taxas de juros cobradas dos clientes foram ajustadas no 3T21 e 4T21 para equilibrar este aumento no custo de capital. Verificamos um crescimento mais acelerado da venda de mercadorias, que representava 69,6% da receita da Companhia em 2019 e passou a representar 72,9% em 2021. Porém, este maior crescimento de venda de mercadorias, e consequente mudança no mix de receitas, resulta em uma pressão pontual na margem consolidada, mesmo com o crescimento de lucro bruto nominal, pois a margem de mercadorias vendidas é menor do que a margem de serviços prestados. As margens apresentadas em 2021 das receitas de venda de mercadorias e de serviços prestados apresentam leves variações em relação às margens de 2019. A margem de produtos vendidos foi de 30,6% em 2021 (vs. 31,3% em 2019), enquanto a margem de serviços prestados foi de 61,3% (vs. 60,9% em 2019).

Despesas Operacionais - Em 2021, as Despesas Operacionais totalizaram R\$630,0 milhões, com crescimento de 22,0% vs. 2020 (47,2% vs. 2019).

Despesas Operacionais (R\$ milhões)	2021	2020	% 2021 vs 2020	2019	% 2021 vs 2019
Despesas Operacionais	(630,0)	(516,2)	(22,0%)	(428,1)	(47,2%)
Despesas com vendas	(429,2)	(346,4)	(23,9%)	(287,7)	(49,2%)
Despesas Gerais e Administrativas	(188,4)	(151,8)	(24,1%)	(125,6)	(50,0%)
Outras Despesas Operacionais	(12,4)	(18,0)	31,1%	(14,8)	15,8%

Despesas com vendas: Em 2021, as Despesas com vendas totalizaram R\$429,2 milhões, com crescimento de 23,9%, sendo que o crescimento é atribuído ao aumento de vendas da Companhia e às despesas adicionais decorrentes da expansão orgânica (70 lojas adicionais em 2021 vs. 2020). Além disso, as despesas de 2020 foram positivamente impactadas por iniciativas de redução de custos implementadas no início da pandemia, como a adoção parcial da MP936 e a renegociação de aluguéis.

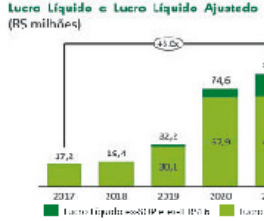
Despesas Gerais e Administrativas: Apresentaram crescimento de 24,1% no ano, atribuído principalmente a investimentos em pessoal, gastos com a malha logística para suportar a expansão orgânica da companhia, com a inauguração de um novo centro de distribuição, e as despesas do projeto Figital, que certamente contribuíram para o crescimento de vendas da base de lojas no futuro. Outras despesas operacionais, líquidas: totalizaram R\$12,4 milhões em 2021, uma redução de 31,1% frente a 2020 (redução de 15,8% vs. 2019).

Resultado Financeiro - Em 2021, o Resultado Financeiro Líquido totalizou uma despesa de R\$71,7 milhões, crescimento de 30,1% frente a 2020 (7,9% vs. 2019). O crescimento relevante do resultado financeiro líquido deve-se ao (i) impacto do IFRS 16 decorrente da

continuação >>>> LOJAS QUERO-QUERO S.A. - CNPJ sob nº 96.418.264/0218-02 | NIRE nº 4330002898-4 - Companhia de Capital Aberto

cálculo do PIS e da COFINS compreendendo os períodos de 01/2002 a 08/2008. Estes valores serão recuperados pela Companhia através de pedido de restituição perante a Receita Federal do Brasil, e serão repassados conforme contrato firmado entre as partes para o grupo de antigos fundadores da empresa, uma vez que contratuamente os créditos deste período são de direito dos mesmos. Desta forma, o montante de R\$25,8 milhões (R\$27,1 milhões bruto de impostos) foi reconhecido como receita financeira e despesa financeira no 3T21, tendo efeito nulo do resultado da Companhia. **Lucro Líquido** - No ano, a Companhia registrou Lucro Líquido de R\$68,2 milhões vs. R\$67,9 milhões em 2020 (R\$30,1 milhões em 2019) com crescimento de 0,5% (126,5% vs. 2019). O Lucro Líquido excluindo o efeito do Plano de Opção de Compra de Ações e o efeito da adoção do IFRS-16 foi de R\$86,3 milhões vs. R\$74,6 milhões em 2020 (R\$32,2 milhões em 2019) com crescimento de 15,7% (168,2% vs. 2019).

Reconciliação do Lucro Líquido Ajustado					
(R\$ milhões)	2021	2020	% 2021 vs 2020	2019	% 2021 vs 2019
Lucro Líquido	68,2	67,9	0,5%	30,1	126,5%
Margem Líquida	3,4%	4,2%	(0,8)p.p.	2,2%	1,1p.p.
(+) Plano de Opção de Compra de Ações (SOP)	11,0	2,6	321,5%	-	-
(+) Impacto da adoção do IFRS16/CPC06	7,1	4,1	72,2%	2,1	242,4%
(=) Lucro Líquido Ajustado ex-SOP e ex-IFRS16	86,3	74,6	15,7%	32,2	168,2%
Margem Líquida Ajustada ex-SOP e ex-IFRS16	4,2%	4,6%	(0,4)p.p.	2,4%	1,8p.p.



EBITDA Ajustado - No ano, o EBITDA totalizou R\$246,3 milhões, com crescimento de 14,7% (51,6% vs. 2019), enquanto o EBITDA Ajustado totalizou R\$182,2 milhões, R\$19,0 milhões acima do

mesmo período do ano anterior, com crescimento de 11,6% (46,2% vs. 2019). No acumulado do ano, a Margem EBITDA e EBITDA Ajustado foram 12,1% e 9,0%, respectivamente, em linha com 2019.

Reconciliação EBITDA e EBITDA Ajustado					
(R\$ milhões)	2021	2020	% 2021 vs 2020	2019	% 2021 vs 2019
Lucro Líquido	68,2	67,9	0,5%	30,1	126,5%
(+) IR, CSLL	24,0	30,6	(21,4%)	17,4	38,0%
(+) Resultado Financeiro Líquido	71,7	55,1	30,1%	66,5	7,9%
(+) Depreciação e Amortização	82,3	61,2	34,4%	48,5	69,9%
(=) EBITDA	246,3	214,8	14,7%	162,5	51,6%
Margem EBITDA	12,1%	13,3%	(1,1)p.p.	12,1%	0,0p.p.
(+) Plano de Opção de Compra de Ações (SOP)	11,0	2,6	321,5%	-	-
(+) Itens não-recorrentes	-	2,3	(100,0%)	9,0	(100,0%)
(-) Impacto da adoção do IFRS16/CPC06	(75,2)	(56,6)	(32,9%)	(46,8)	(60,5%)
(=) EBITDA Ajustado	182,2	163,2	11,6%	124,6	46,2%
Margem EBITDA Ajustado	9,0%	10,1%	(1,1)p.p.	9,3%	(0,3)p.p.

(1) O EBITDA Ajustado representa uma medição não contábil elaborada pela Companhia que corresponde ao EBITDA deduzido do Impacto do IFRS16/CPC06 (R2) (Pronunciamento Técnico CPC 06 (R2) – Arrendamentos) adotado em 2019.



Divida Líquida Ajustada - Em 31 de dezembro de 2021, a Divida Líquida Ajustada da Companhia foi de R\$72,7 milhões, e a relação entre a Divida Líquida Ajustada e o EBITDA Ajustado dos últimos

doze meses foi de 0,4x. No segundo trimestre de 2021, para suportar o crescimento de vendas e, consequentemente, da carteira de crédito, realizamos uma nova emissão de cotas seniores do FIDC VerdeCard no montante de R\$300 milhões.

Divida Líquida e Divida Líquida Ajustada (R\$ milhões)				
	2021	2020	2019	
Empréstimos e Financiamentos	267,8	375,7	336,0	
Circulante	109,5	167,9	69,2	
Não Circulante	158,3	207,8	266,8	
(-) Caixa e Aplicações Financeiras	(341,2)	(507,0)	(270,3)	
Caixa e equivalentes de caixa	(256,4)	(475,4)	(240,3)	
Aplicações Financeiras	(84,9)	(31,5)	(30,0)	
Divida Líquida	(73,4)	(131,2)	65,7	
(+) Caixa e Aplicações Financeiras FIDC	146,1	40,2	29,9	
Caixa e equivalentes de caixa FIDC	67,1	14,1	1,9	
Aplicações Financeiras FIDC	79,0	26,1	27,9	
Divida Líquida Ajustada	72,7	(91,0)	95,6	
Divida Líquida Ajustada/EBITDA Ajustado UDM	0,4	(0,6)	0,8	

Investimentos - Investimos R\$85,1 milhões ao longo de 2021, tanto diretamente na expansão e melhorias em nossas lojas, quanto no suporte às lojas, com a inauguração do novo CD de Sapiranga e do terceiro CD da Companhia em Corbélia no 2T21. Inauguramos 70 lojas no ano de 2021, realizamos transformações em 55 lojas para modelos Mais Construção. Adicionalmente, no decorrer do ano, foi realizado um investimento no valor de R\$9,7 milhões no projeto Digital.

Investimentos (R\$ milhões)					
	2021	2020	% 2021 vs 2020	2019	% 2021 vs 2019
Novas lojas	25,6	15,0	71,0%	14,6	75,4%
Reformas e Projetos em Lojas	16,1	13,6	18,6%	12,3	31,0%
Logística, TI e Outros	43,4	30,1	44,4%	18,5	134,3%
Total Investimentos	85,1	58,6	45,2%	45,4	87,4%

SOBRE A QUERO-QUERO - Companhia fundada em 1967, na cidade de Santo Cristo, interior do Rio Grande do Sul. A Lojas Quero-Quero é a maior varejista especializada em materiais de construção do Brasil em número de lojas, totalizando 465 lojas no Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná, Mato Grosso do Sul e São Paulo. A Companhia oferece aos seus clientes uma solução completa em materiais de construção, complementada por eletrodomésticos e móveis. Além disso, oferece serviços financeiros através do cartão de crédito de bandeira própria "VerdeCard".

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS REFERENTES AO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 (Em milhares de Reais)

BALANÇOS PATRIMONIAIS LEVANTADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 (Em milhares de Reais)				
ATIVO				
	Notas Explicativas	Controladora 31/12/21 31/12/20	Consolidado 31/12/21 31/12/20	
Circulante				
Caixa e equivalentes de caixa	6	117.335	417.497	256.351 475.437
Aplicações financeiras	7	5.849	5.401	84.889 31.536
Contas a receber de clientes	8	150.272	91.831	833.144 646.336
Estoque	10	457.978	318.904	457.978 318.904
Impostos a recuperar	11	139.567	70.302	143.529 70.323
Despesas antecipadas		4.694	3.837	3.446 2.356
Outros créditos	13	33.203	46.129	43.720 57.487
Total ativo circulante		908.898	953.901	1.823.057 1.602.379
Não circulante				
Contas a receber de clientes - LP	8	16	7	34.665 18.190
Imposto de renda e contribuição social diferidos	12	127.039	132.582	133.455 140.548
Impostos a recuperar LP	11	49.427	-	49.427 -
Depósitos judiciais		13.294	13.708	13.898 14.222
Despesas Antecipadas NC		2.496	2.265	4 18
Outros créditos - NC	13	487	209	490 213
FIDC Verdecard	9	236.964	188.652	- -
Investimentos	15	63.303	73.055	- -
Imobilizado	16	587.619	399.593	587.631 399.608
Intangível	17	27.532	24.657	49.443 43.514
Total do ativo não circulante		1.108.177	834.728	869.013 616.313
Total do Ativo		2.017.075	1.788.629	2.692.070 2.218.692

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO				
	Notas Explicativas	Controladora 31/12/21 31/12/20	Consolidado 31/12/21 31/12/20	
Circulante				
Fornecedores	18	434.477	357.261	434.477 357.261
Fornecedores conveniados	18	41.324	12.105	41.324 12.105
Empréstimos e financiamentos	19	109.494	167.908	109.494 167.908
Quotas seniores FIDC Verdecard CP	9	-	-	132.122 81.406
Passivos de Arrendamento - CP	32	57.991	45.837	57.991 45.837
Obrigações com conveniadas	31	-	-	147.685 120.682
Impostos e contribuições a recolher	22	19.310	15.904	20.176 17.579
Salários e férias a pagar		71.591	66.899	75.491 70.767
Receita diferida - CP	23	78	1.460	78 1.460
Dividendos a pagar		15.122	15.123	15.122 15.123
Obrigações por repasse		16.548	16.690	16.548 16.690
Outras obrigações	24	65.921	64.327	76.098 70.262
Total do passivo circulante		831.856	763.514	1.126.606 977.080
Não circulante				
Empréstimos e financiamentos - NC	19	158.314	207.835	158.314 207.835
Quotas seniores FIDC Verdecard LP	9	-	-	378.320 214.862
Contas a pagar por aquisição de investimento - LP	20	18.476	47.775	18.476 47.775
Receita diferida - LP	23	157	235	157 235
Passivos de Arrendamento - LP	32	395.479	262.176	395.479 262.176
Outras obrigações - LP	24	48.153	-	48.153 -
Provisão para riscos tributários, trabalhistas e cíveis	21	23.131	27.767	25.056 29.402
Total do passivo não circulante		643.710	545.788	1.023.955 762.285
Patrimônio líquido				
Capital social	25	450.563	450.563	450.563 450.563
Reserva de capital	25	(15.548)	(26.375)	(15.548) (26.375)
Reserva Legal		7.227	3.816	7.227 3.816
Reserva de Incentivos Fiscais		11.243	6.916	11.243 6.916
Reserva de Lucros		88.024	44.407	88.024 44.407
Total do patrimônio líquido		541.509	479.327	541.509 479.327
Total passivo e patrimônio líquido		2.017.075	1.788.629	2.692.070 2.218.692

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 (Em milhares de Reais)									
	Capital social	Reserva de capital	Reserva de plano de opção de compra de ações	Gastos com emissão de ações	Reserva legal	Reserva de incentivos fiscais	Reserva de lucros	Dividendo adicional proposto	Total patrimônio líquido
Saldo em 01 de janeiro de 2020	139.827	592	1.888	(31.470)	423	2.936	-	-	145.666
Aumento de capital	310.736	-	-	-	-	-	-	-	279.266
Plano de opção de ações	-	-	2.615	-	-	-	-	-	2.615
Lucro do exercício	-	-	-	-	-	-	-	-	67.866
Destinação do Lucro:									
Reserva legal	-	-	-	-	3.393	-	-	-	(3.393)
Reserva de incentivos fiscais	-	-	-	-	-	3.980	-	-	(3.980)
Dividendos e juros sobre capital próprio	-	-	-	-	-	-	-	-	(16.086)
Reserva de lucros	-	-	-	-	-	-	44.407	-	(44.407)
Saldo em 31 de dezembro de 2020	450.563	592	4.503	(31.470)	3.816	6.916	44.407	-	479.327
Gastos com emissão de ações	-	-	-	(200)	-	-	-	-	(200)
Plano de opção de ações	-	-	11.027	-	-	-	-	-	11.027
Lucro do exercício	-	-	-	-	-	-	-	-	68.227
Destinação do Lucro:									
Reserva legal	-	-	-	-	3.411	-	-	-	(3.411)
Reserva de incentivos fiscais	-	-	-	-	-	4.327	-	-	(4.327)
Dividendos e juros sobre capital próprio	-	-	-	-	-	-	-	-	(16.872)
Reserva de lucros	-	-	-	-	-	-	6.128	-	(43.617)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	450.563	592	15.530	(31.670)	7.227	11.243	44.407	6.128	541.509

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 (Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

1 CONTEXTO OPERACIONAL

A Lojas Quero-Quero S.A. ("Companhia") é uma sociedade anônima, de capital aberto desde Agosto de 2020, listada no segmento especial de Novo Mercado da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão, com símbolo de negociação LJQQ3, com sede em Cachoeirinha, na Avenida General Flores da Cunha, 1943 – RS, e tem como objeto social o comércio varejista em geral, principalmente de materiais de construção, eletrodomésticos e móveis, além de atividades correlatas, como importação, prestação de serviços de correspondente bancário, e intermediação de venda de garantia estendida, em atividade própria ou através das sociedades controladas Verde – Administradora de Cartões de Crédito S.A. ("Verde") e Sentinela dos Pampas – Administradora e Corretora de Seguros Ltda. ("Sentinela dos Pampas").

2 APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1 Base de elaboração - As demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, foram preparadas de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (International Financial Reporting Standards - IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board – IASB, pelas práticas contábeis adotadas no Brasil, Lei nº 6.404/76, e pronunciamentos contábeis emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC e aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM. As demonstrações financeiras individuais e consolidadas são apresentadas em milhares de Reais – R\$, exceto quando indicado de outra maneira, que é também a moeda funcional da Companhia e de suas controladas. As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos. Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela Administração em sua gestão das atividades da Companhia. As demonstrações financeiras individuais e consolidadas relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021 foram elaboradas pressupondo sua continuidade operacional, o qual contempla a realização de ativos e a liquidação de passivos no curso normal dos negócios. As demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021 foram analisadas pelo Comitê de Auditoria, e aprovadas pelo Conselho de Administração da Companhia em 08 de março de 2022.

3 RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

3.1 Auração do resultado - A receita de vendas de mercadorias é reconhecida no resultado pelo seu valor justo e quando o controle inerente às mercadorias é transferido para o comprador. A receita de serviços prestados é reconhecida no resultado de acordo com a efetiva prestação de serviço. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa na sua realização. A receita de juros sobre ativos financeiros é reconhecida quando for provável que os benefícios econômicos futuros deverão fluir para a Companhia e o valor da receita possa ser mensurado com confiabilidade,

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 (Em milhares de Reais)

	Controladora 31/12/21 31/12/20	Consolidado 31/12/21 31/12/20	
Receitas			
Venda de mercadorias, produtos e serviços	2.024.674	1.646.563	2.508.149 2.020.440
Outras receitas operacionais	32.137	11.772	32.878 11.772
Provisão para créditos de liquidação duvidosa, liquida de reversões	(750)	367	(34.615) 31.646
Perdas com direitos creditórios	-	-	(61.652) (83.758)
Insumos adquiridos de terceiros			
Custos dos produtos, das mercadorias e dos serviços vendidos	(1.307.932)	(1.037.353)	(1.422.095) (1.118.602)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(52.559)	(48.309)	(113.555) (93.625)
Perda e recuperação de valores ativos	(955)	1.023	(955) 1.023
Valor adicionado bruto	694.615	574.063	908.155
Depreciação e amortização	(80.106)	(69.799)	(82.340)
Valor adicionado líquido produzido pela Companhia	614.509	514.264	825.815
Valor adicionado recebido em transferência			
Resultado de equivalência patrimonial	8.583	16.274	-
Receitas financeiras	208.990	161.494	43.292 19.022
Valor adicionado total a distribuir	832.082	692.032	869.107
Distribuição do valor adicionado			
Pessoal e Encargos:			
Remuneração direta	267.963	225.255	279.049 235.355
Benefícios	31.433	17.554	33.913 19.478
FGTS	21.585	17.988	22.695 18.869
	320.981	260.797	335.657 273.702
Impostos, taxas e contribuições:			
Federais	144.128	126.574	156.694 143.225
Estaduais	127.803	115.055	127.8

continuação

LOJAS QUERO-QUERO S.A. - CNPJ sob nº 96.418.264/0218-02 | NIRE nº 4330002898-4 - Companhia de Capital Aberto

adquiridos pelo FIDC Verdecard através de cessão definitiva de direitos creditórios originados pelas instituições financeiras terceiras e financiamento de compras sem encargos de clientes adquiridos pelo FIDC Verdecard através de cessão definitiva de direitos creditórios originados pela Verde.

3.4 Estoques - Os estoques são avaliados ao custo médio de aquisição, deduzido de provisão para ajustá-los aos prováveis valores de realização. As provisões para perdas nos estoques são compostas pela provisão para realização de estoques que corresponde ao preço de venda estimado dos estoques, deduzido de todos os custos necessários para realizar a venda. O custo médio de aquisição inclui os custos de armazenagem e manuseio, na medida que tais custos são necessários para trazer os estoques na sua condição de vendas nas lojas, deduzindo de bonificações por atingimento de metas de crescimento recebidas de fornecedores.

3.5 Bonificações - As bonificações recebidas de fornecedores por crescimento de volume de compras são mensuradas e reconhecidas com base nos acordos comerciais assinados, e registradas ao resultado na rubrica de custo das mercadorias vendidas à medida em que os correspondentes estoques são vendidos.

3.6 Imobilizado - Registrados ao custo de aquisição, formação ou construção, deduzido de depreciação acumulada. Despesas relacionadas a reparos e manutenção são reconhecidas diretamente no resultado do exercício quando incorridas. A depreciação é calculada pelo método linear com base nas taxas mencionadas na nota explicativa nº 16 que levam em consideração o tempo de vida útil econômica estimado dos bens e direitos. Os saldos de imobilizado são submetidos a teste para a verificação de perda de valor ("impairment") sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável, ou sempre que houver indicação de que seu valor contábil poderá não ser recuperado. Uma perda por "impairment" é reconhecida pelo valor ao qual o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável. Este último é o valor mais alto entre o valor justo de um ativo, menos os custos de sua venda, e o valor em uso. Para os ativos intangíveis com vida útil definida a perda por redução ao valor recuperável é revertida subsequentemente se não houver indicação de que seu valor contábil pode não ser recuperável. Os ganhos ou perdas, quando aplicável, resultantes do desreconhecimento de um ativo intangível são mensurados como a diferença entre os resultados líquidos da alienação e o valor contábil do ativo, sendo reconhecidos no resultado do exercício quando da baixa do ativo.

3.8 Obrigações com conveniadas - Contas a pagar a estabelecimentos conveniados são passivos decorrentes de transações realizadas pelos portadores dos Cartões de Crédito VerdeCard nos estabelecimentos credenciados à Rede VerdeCard. O saldo está registrado pelo valor original das transações, deduzido da taxa de administração, a qual é reconhecida no resultado no momento da transação.

3.9 Demais direitos e obrigações - Os demais direitos e obrigações, classificados no circulante e não circulante obedecem aos prazos de realização ou de exigibilidade e estão apresentados pelo valor de custo ou realização e por valores conhecidos e calculáveis, respectivamente, incluindo quando aplicável os rendimentos, encargos, variações monetárias e cambiais.

3.10 Provisões - Uma provisão é reconhecida quando a Companhia possui uma obrigação real legal ou constituída como resultado decorrente de um evento passado, e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. Quando houver expectativa de recuperação de recursos utilizados na liquidação de uma provisão, um ativo é reconhecido se, e somente se, o reembolso for virtualmente certo e o valor puder ser mensurado de forma confiável.

3.11 Imposto de renda e contribuição social - O imposto de renda e a contribuição social são calculados com base nas alíquotas legais vigentes, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real como permitido pela legislação. São reconhecidos os impostos diferidos sobre as diferenças temporárias, prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, na extensão em que sua realização seja provável. Os impostos diferidos reconhecidos sobre prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social estão suportados por projeções de resultados tributáveis, com base em estudos técnicos de viabilidade, submetidos anualmente aos órgãos da Administração da Companhia. Os demais créditos, que têm por base diferenças temporárias, foram reconhecidos conforme a expectativa de sua realização.

3.12 Incentivos fiscais - A Companhia usufrui de subvenção para investimentos, concedida por alguns entes governamentais onde possui operação, na forma de créditos presumidos de ICMS nos termos da Lei Complementar nº 160/2017. As subvenções governamentais são registradas na demonstração do resultado do exercício na rubrica de receita líquida de vendas, e são utilizados como abatimento na base de cálculo do imposto de renda e contribuição social apurados pela Companhia. Posteriormente, no momento da destinação do lucro do exercício, os montantes de subvenção para investimentos são registrados na conta de reserva de incentivos fiscais no patrimônio líquido. Além da subvenção para investimentos, a Companhia também se utiliza de outros incentivos fiscais utilizados como redutores na apuração, ou no abatimento do imposto de renda e contribuição social devidos, como gastos com inovação tecnológica, Programa Empresa Cidadã, projetos relacionados a Lei de Incentivo à Cultura, Fundo dos Direitos da Criança e do Adolescente, Fundo do Idoso, Incentivo ao Desporto, e Programa de Alimentação do Trabalhador (PAT).

3.13 Ajustes a valor presente - As operações de compras e vendas a prazo são reduzidas ao seu valor presente na data das transações, em função de seus prazos, com base nas taxas de desconto que refleitam as melhores avaliações do mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo e do passivo em suas datas originais. O ajuste a valor presente das vendas a prazo tem como contrapartida a conta de contas a receber e sua realização é registrada no resultado financeiro de acordo com o prazo de vencimento das contas a receber. O ajuste a valor presente das compras a prazo tem como contrapartida a conta de fornecedores e sua realização é registrada no resultado financeiro de acordo com o prazo de vencimentos de fornecedores.

3.14 Arrendamentos - A Companhia como arrendatária reconhece os passivos assumidos em contrapartida aos respectivos ativos de direito de uso. Os passivos de arrendamento correspondem aos fluxos de pagamentos futuros ajustados a valor presente, descontados por taxa de juros incrementais de empréstimos, e os ativos de direitos de uso são apresentados ao custo amortizado. A Companhia aplica isenção de reconhecimento a (i) arrendamentos de curto prazo, ou seja, contratos com duração de até 12 meses; e (ii) arrendamentos para os quais o ativo subjacente é de baixo valor, ou seja, obrigações de até R\$ 24 por ano. Na avaliação dos contratos, a Companhia identificou dois tipos de ativos de arrendamento sendo eles ativos de direito de uso referentes a aluguéis ("Direito de Uso") e arrendamento mercantil de máquinas e equipamentos ("Máquinas e Equipamentos"). Os fluxos de pagamentos dos aluguéis, brutos de potenciais créditos de PIS e COFINS (segundo lei nº 10.637/2002 e lei nº 10.833/2003), foram ajustados a valor presente, considerando o prazo remanescente de cada contrato, e aplicando taxa incremental de empréstimo, obtida através de sondagens de operações com prazo e garantia semelhante junto a instituições financeiras que possuem relacionamento com a Companhia. Em razão da diversidade de prazos de depreciação dos contratos de arrendamento, considerou-se taxas de acordo com o prazo de cada um dos contratos de arrendamentos.

3.15 Plano de opção de compra de ações - Com o objetivo de alinhar os interesses de médio e longo prazos da empresa com os de seus gestores principais, a Companhia estabeleceu programa de opção de compra de ações que busca incentivar a geração de valor empresarial, compartilhando os ganhos de valor com os beneficiários do programa. As opções de compra de ações são ofertadas aos profissionais selecionados pelo Conselho de Administração, proporcionando-lhes o direito futuro de adquirir ações da companhia sob condições e em prazos estabelecidos. O valor apurado na data da outorga das opções de ações é registrado nas demonstrações financeiras ao seu valor justo.

3.16 Receitas diferidas - As receitas diferidas são reconhecidas na demonstração do resultado do exercício à medida que a prestação do serviço é efetuada.

3.17 Demonstração do valor adicionado - Essa demonstração tem por finalidade evidenciar o valor criado pela Companhia e sua distribuição durante determinado período e é apresentada pela Companhia, conforme requerido pela legislação societária brasileira, como parte de suas demonstrações financeiras individuais e como informação suplementar às demonstrações financeiras consolidadas, pois não é uma demonstração prevista nem obrigatória conforme as IFRSs. A DVA foi preparada com base em informações obtidas dos registros contábeis que servem de base de preparação das demonstrações financeiras, registros complementares, e segundo as disposições contidas no pronunciamento técnico CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado.

3.18 Instrumentos financeiros - **3.18.1 Ativos financeiros - Reconhecimento inicial e mensuração** - Ativos financeiros são mensurados, no reconhecimento inicial, ao valor justo. Vendas e compras de ativos financeiros que requerem a entrega de bens são reconhecidas na data da operação. Os ativos financeiros da Companhia incluem caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, contas a receber de clientes e partes relacionadas, e outras contas a receber. **Mensuração subsequente - Ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado** - Representam ativos adquiridos para fins de realização no curto prazo, cujo objetivo seja receber fluxos de caixa contratuais, e nas situações em que os termos contratuais do ativo financeiro derem origem a fluxos de caixa que constituam pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto. Após o reconhecimento inicial, são mensurados utilizando-se o custo amortizado pelo método da taxa de juros efetiva. A receita de juros, a correção monetária e a variação cambial, deduzidas as perdas por desvalorização, são reconhecidas na demonstração do resultado do exercício como receitas ou despesas financeiras, quando incorridas. **Ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado** - Representam os demais ativos financeiros que não são mensurados ao custo amortizado. As taxas de juros, a variação monetária, a variação cambial e as variações derivadas da avaliação pelo valor justo são reconhecidas na demonstração do resultado do exercício como receitas ou despesas financeiras, quando incorridas. **Desreconhecimento de ativos financeiros** - Um ativo financeiro (ou, conforme o caso, parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é desreconhecido quando:

- Expiram os direitos de recebimento de fluxos de caixa;
- A Companhia e suas controladas transferem seus direitos de recebimento de fluxos de caixa do ativo ou assumem uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos a um terceiro, nos termos de um acordo de repasse; e (a) a Companhia transferiu substancialmente a totalidade dos riscos e benefícios relativos ao ativo; ou (b) a Companhia não transferiu, nem reteve substancialmente a totalidade dos riscos e benefícios relativos ao ativo, mas transferiu o seu controle.

Quando a Companhia e suas controladas cedem seus direitos de recebimento de fluxos de caixa de um ativo ou celebra acordo de repasse, sem ter transferido ou retido substancialmente a totalidade dos riscos e benefícios relativos ao ativo ou transferido o controle do ativo, o ativo é mantido e reconhece um passivo correspondente. O ativo transferido e o passivo correspondente são mensurados de forma que reflita os direitos e as obrigações retidos pela Companhia e suas controladas. **Redução do valor recuperável de ativos financeiros** - A Companhia adotou o método da perda esperada e a mensuração com base em toda a vida dos ativos financeiros. É utilizada a abordagem simplificada para os grupos de ativos financeiros, que considera a análise do crédito, o histórico de movimentações e perdas. Com base no acompanhamento periódico de indicadores de risco de crédito, a Administração da Companhia não identificou fatores de aumento na perda esperada em comparação com o comportamento histórico. O valor de perda é mensurado com base na expectativa de não recebimento da carteira, que é obtida através dos valores de perda histórica por faixa de atraso desde o reconhecimento inicial do recebível. A média de perda histórica de seis meses é aplicada conforme comportamento histórico recente, e assim atribui-se um percentual de risco de crédito. O percentual de risco de crédito é aplicado a cada faixa de vencimento sob

o valor total dos contratos. O produto entre os percentuais de perda esperada e os montantes de faixa de vencimento resultam no montante de perda esperada que é reconhecido na demonstração do resultado do exercício. Se, em período subsequente, o valor da perda por não recuperação se reduzir e a redução puder ser associada objetivamente a um evento ocorrido após o reconhecimento da provisão (tal como uma melhora da classificação de crédito do devedor), a reversão da perda por desvalorização reconhecida anteriormente é reconhecida na demonstração do resultado do exercício. Se uma baixa for recuperada posteriormente, a recuperação é também reconhecida na demonstração do resultado do exercício.

3.18.2 Passivos financeiros - Reconhecimento inicial e mensuração - Passivos financeiros são classificados no reconhecimento inicial como passivos financeiros a valor justo por meio do resultado ou ao custo amortizado. Passivos financeiros são inicialmente reconhecidos a valor justo e, no caso de empréstimos e financiamentos e contas a pagar, são acrescidos do custo da transação diretamente relacionado para a emissão de títulos e dívidas. Esses custos são apropriados ao resultado do período do financiamento, como complemento do custo de captação, ajustando assim a taxa de juros efetiva da operação. Os passivos financeiros da Companhia incluem contas a pagar a fornecedores, fornecedores convênio, contas a pagar por aquisição de investimento, empréstimos e financiamentos, quotas seniores FIDC Verdecard, passivos de arrendamento, obrigações com conveniadas, e instrumentos financeiros derivativos. **Mensuração subsequente** - Após reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetivos. Ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização pelo método da taxa de juros efetivos. **Desreconhecimento de passivos financeiros** - Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação for revogada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente for substituído por outro do mesmo mutuante com termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente forem significativamente alterados, essa substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, sendo a diferença nos correspondentes valores contábeis reconhecida na demonstração do resultado.

3.18.3 Instrumentos financeiros – apresentação líquida - Ativos e passivos financeiros são apresentados líquidos no balanço patrimonial se, e somente se, houver um direito legal corrente e executável de compensar os montantes reconhecidos e se houver a intenção de compensação, ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

3.18.4 Instrumentos financeiros derivativos - A Companhia eventualmente fica exposta a riscos de mercado decorrentes de suas operações e utiliza instrumentos financeiros derivativos, tais como contratos de derivativos de swaps de juros para proteger-se dos riscos de taxas de câmbio e de taxas de juros. Instrumentos financeiros derivativos são mensurados ao valor justo em cada data de divulgação de balanço. Quaisquer ganhos ou perdas resultantes de mudanças no valor justo dos instrumentos financeiros derivativos durante o exercício são lançados diretamente na demonstração de resultado. Os instrumentos financeiros derivativos são classificados como de curto e longo prazo ou segregados em parcela de curto prazo ou de longo prazo com base em uma avaliação dos fluxos de caixa contratados, e conforme as características atreladas deste contrato, a companhia apresenta de forma líquida esse contrato de derivativo com o da operação original. A Companhia não possui operações de derivativos em aberto na data destas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

3.19 Apresentações de informações por segmentos - A Companhia não elabora informações por segmento, uma vez que atua e reporta suas informações ao Conselho de Administração, principal tomador de decisões, através de um único segmento operacional, sendo avaliadas as receitas obtidas pelas atividades de varejo, serviços financeiros e cartões de crédito de forma segregada, porém toda a estrutura de custos e despesas sendo controladas de forma unificada.

4 PRINCIPAIS JULGAMENTOS CONTÁBEIS E FONTES DE INCERTEZAS NAS ESTIMATIVAS

A aplicação das políticas contábeis exige da Administração o exercício de julgamento e a elaboração de estimativas, que levam em conta a experiência histórica e avaliação subjetiva de riscos. Em consequência, os efeitos reais dos eventos estimados podem diferir das estimativas, exigindo sua reavaliação contínua. Os efeitos decorrentes de revisões das estimativas contábeis são reconhecidos no período em que a revisão ocorre, se afetar apenas esse período, e também em períodos posteriores, se a revisão afetar também períodos futuros. Ativos e passivos significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem provisão para redução ao valor recuperável, provisão para créditos de liquidação duvidosa, provisão para ajuste ao valor realizável dos estoques, imposto de renda diferido, provisão para riscos cíveis, tributários, trabalhistas.

4.1 COVID-19 - Após um primeiro trimestre de 2021 em que vimos a situação da pandemia se agravar nas regiões onde atuamos, levando a um aumento nas restrições de operação do comércio, o segundo, terceiro e quarto trimestres trouxeram um cenário melhor, de redução de números de casos e avanço significativo da vacinação, e, portanto, menos restrições para a nossa operação. Durante todo o período de pandemia, nosso foco principal foi, e continua sendo, a preservação da saúde de nossos colaboradores e clientes, aliado à viabilidade operacional da companhia em um período de muitas incertezas pelo qual passamos. A nossa atuação em setores considerados essenciais, como varejo de material de construção e correspondente bancário, mitigou os impactos negativos durante os períodos de maiores restrições, enquanto o uso de ferramentas digitais e vendas por telefone contribuíram para reduzir o impacto nas vendas de eletrodomésticos e móveis. Desde o início da pandemia em 2020, a Companhia efetua e atualiza trimestralmente, uma análise nos ativos e passivos sujeitos às estimativas contábeis como provisão para redução ao valor recuperável, provisão para créditos de liquidação duvidosa, provisão para ajuste ao valor realizável dos estoques, imposto de renda diferido, provisão para riscos cíveis, tributários, trabalhistas e mensuração do valor justo de instrumentos financeiros, além de renovar as análises sobre a continuidade operacional da Companhia. De acordo com as estimativas da Administração e com o acompanhamento dos impactos da pandemia, não há efeitos que deveriam ser registrados nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia e tampouco há efeitos na continuidade e/ou estimativas da Companhia que justificariam mudanças nas conclusões destas demonstrações financeiras individuais e consolidadas. A Companhia continuará monitorando e avaliando os impactos e, se necessário, fará as devidas provisões e divulgações tempestivamente.

5 NORMAS E INTERPRETAÇÕES NOVAS E REVISADAS

5.1 Normas e interpretações novas e revisadas já emitidas e ainda não adotadas

As alterações do IFRS ocorridas em 2021 não produziram efeitos nessas demonstrações financeiras.

	<i>Aplicáveis a períodos anuais com início em ou após 01/01/2023</i>
Pronunciamento	Descrição
Alterações da norma IAS 1 - Classificação de passivos como circulante ou não-circulante.	Esclarece aspectos a serem considerados para a classificação de passivos como passivo circulante ou passivo não-circulante.

Melhorias Anuais ao Ciclo de IFRSs 2018 - 2020

Alterações à IAS 16 - Imobilizado

Alterações à IAS 8 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro - Definição de Estimativas Contábeis.

A Companhia está avaliando os impactos dos pronunciamentos das alterações listadas acima, porém não espera efeitos significativos oriundos da adoção.

6 CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Remuneração	31/12/21	31/12/20	31/12/21	31/12/20
Caixa e bancos		3.144	4.892	10.431	6.130
		3.144	4.892	10.431	6.130

Equivalentes de caixa:

Conta Corrente Remunerada	2 a 12% do CDI	7.528	11.322	19.786	25.442
Certificado de depósito bancário	70 a 128% do CDI	106.663	401.283	157.571	429.774
Letra Financeira do Tesouro	100% SELIC	-	-	1.509	-
Letra Financeira do Tesouro	97% do CDI	-	-	67.054	-
Notas do tesouro nacional	97% do CDI	-	-	-	14.091
		<u>114.191</u>	<u>412.605</u>	<u>245.920</u>	<u>469.307</u>
		<u>117.335</u>	<u>417.497</u>	<u>256.351</u>	<u>475.437</u>

7 APLICAÇÕES FINANCEIRAS

	Remuneração	31/12/21	31/12/20	31/12/21	31/12/20
Certificado de depósito bancário	90% a 128% do CDI	5.849	5.401	5.849	5.401
Letra financeira do tesouro	100% do CDI	-	-	79.040	26.135
		<u>5.849</u>	<u>5.401</u>	<u>84.889</u>	<u>31.536</u>

Em 31 de dezembro de 2021 as aplicações financeiras em certificado de depósito bancário no montante de R\$ 5.849 (R\$ 5.401 em 31 de dezembro de 2020), estão vinculadas a garantias emitidas para assegurar o cumprimento do instrumento particular de acordo operacional com parceiros comerciais, e também conforme nota explicativa nº 19, como garantia de linha de crédito tomada com instituição financeira. Com relação às letras financeiras do tesouro, o objetivo é garantir rentabilidade do caixa do FIDC Verdecard, não tendo portanto previsão de uso imediato, podendo ser resgatada havendo necessidade de caixa extraordinária do fundo, caso contrário a aplicação deverá permanecer até seu vencimento.

8 CONTAS A RECEBER DE CLIENTES E PARTES RELACIONADAS

	Controladora	Consolidado		
	31/12/21	31/12/20	31/12/21	31/12/20
Cartões de crédito - próprio (VerdeCard)	86.303	40.654	-	-
Cartões de crédito - terceiros (a)	34.248	24.979	34.248	24.979
Outras contas a receber VerdeCard	2.124	-	-	-
Outros créditos e financiamentos	183	144	183	144
Financiamento próprio - Lojas (b)	34.578	27.699	95.264	64.016
Financiamento próprio - Conveniados Verde Card (c)	-	-	80.474	81.600
Direitos creditórios FIDC Verdecard (d)	-	-	750.368	547.246
Contas a receber pela exploração de produtos financeiros	2.074	3.624	2.335	3.973
	<u>159.510</u>	<u>97.100</u>	<u>962.872</u>	<u>721.958</u>
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(5.601)	(4.680)	(91.442)	(56.850)
Ajuste a valor presente	(3.621)	(582)	(3.621)	(582)
	<u>150.288</u>	<u>91.838</u>	<u>867.809</u>	<u>664.526</u>

Circulante

Contas a receber de clientes	61.858	51.183	833.144	646.336
Contas a receber partes relacionadas (Nota 14)	88.414	40.648	-	-
	150.272	91.831	833.144	646.336

Não Circulante

Contas a receber de clientes	3	1	34.665	18.190
Contas a receber partes relacionadas (Nota 14)	13	6	-	-
	16	7	34.665	18.190

a) Refere-se aos financiamentos de compras de clientes efetuadas na rede de lojas através de cartões de crédito terceiros.

b) Correspondem aos financiamentos de compras de clientes efetuadas na rede de lojas sem encargos contratuais. No saldo do consolidado o valor de financiamento próprio - lojas inclui os valores de financiamento pela Verde através do cartão VerdeCard referente a compras de clientes efetuadas na rede de lojas. Esse contas a receber possui parcelas com vencimentos superiores a 12 meses da data do balanço, que corresponde ao montante de R\$ 451 (R\$ 329 em 31 de dezembro de 2020) incluídos no ativo não circulante. A Verde cedeu R\$ 24.995 em 14 de junho de 2021 de recebíveis de forma definitiva ao FIDC Verdecard para integralização de quotas subordinadas. As compras parceladas com encargos e o financiamento ao cliente de faturas em atraso são de responsabilidade de instituições financeiras terceiras, através de contratos de parceria.

c) Refere-se a financiamento de compras de clientes efetuadas na rede de estabelecimentos conveniados do cartão VerdeCard. Esse contas a receber possui parcelas com vencimentos superiores a 12 meses da data do balanço, que corresponde ao montante de R\$ 15 (R\$ 8 em 31 de dezembro de 2020) incluídos no ativo não circulante. A Verde cedeu R\$ 50.005 em 14 de junho de 2021 de recebíveis de forma definitiva ao FIDC Verdecard para integralização de quotas subordinadas. As compras parceladas com encargos e o financiamento ao cliente de faturas em atraso são de responsabilidade de instituições financeiras terceiras, através de contratos de parceria.

d) Refere-se a financiamento de compras com encargos de clientes adquiridos pelo FIDC Verdecard através de cessão definitiva de direitos creditórios originados pelas instituições financeiras terceiras, e financiamento de compras sem encargos de clientes adquiridos pelo FIDC Verdecard através de cessão definitiva de direitos creditórios originados pela Verde. Esse contas a receber possui parcelas com vencimentos superiores a 12 meses da data do balanço, que corresponde ao montante de R\$ 34.199 (R\$ 17.853 em 31 de dezembro de 2020), incluídos no ativo não circulante. A carteira de contas a receber do FIDC Verdecard é apresentada como Direitos Creditórios do FIDC Verdecard, enquanto que a provisão de perdas desta carteira é apresentada na Provisão para créditos de liquidação duvidosa nas informações financeiras intermediárias consolidadas da Companhia.

Vencimento de clientes

	Controladora	Consolidado		
	31/12/21	31/12/20	31/12/21	31/12/20
A vencer	147.146	89.613	796.753	621.896
Vencidos até 30 dias	6.073	1.824	51.258	29.827
Vencidos de 31 a 60 dias	539	562	21.723	10.601
Vencidos de 61 a 90 dias	308	178	15.293	7.576
Vencidos de 91 a 180 dias	590	480	30.594	14.453
Vencidos de 181 a 360 dias	526	255	42.923	33.223
Vencidos acima de 360 dias	4.328	4.188	4.328	4.382
Total	159.510	97.100	962.872	721.958

A Companhia mensura a provisão para perdas de contas a receber de clientes em um valor equivalente à perda de crédito esperada na liquidação das contas a receber. As perdas de crédito esperadas sobre as contas a receber de clientes são estimadas usando uma matriz de provisão com base na experiência de inadimplência passada (histórico de perdas) e avalia fatores econômicos para constituir a provisão para perdas estimadas. Para os créditos vencidos a mais de 180 dias a companhia efetua o provisionamento de 100% do valor. Abaixo segue tabela evidenciando os montantes de provisão para cada faixa de vencimento.

	Controladora	Consolidado		
	31/12/21	31/12/20	31/12/21	31/12/20
A vencer	115	52	119	52
Vencidos até 30 dias	88	45	3.212	1.276
Vencidos de 31 até 60 dias	121	65	8.444	3.325
Vencidos de 61 até 90 dias	124	1	8.385	3.585
Vencidos de 91 até 180 dias	299	74	24.031	11.007
Vencidos de 181 até 360 dias	526	255	42.923	33.223
Vencidos acima de 360 dias	4.328	4.188	4.328	4.382
Total	5.601	4.680	91.442	56.850

A concentração do risco de crédito é limitada, porque a base de clientes é pulverizada, além disso, as operações das vendas realizadas por meio do cartão de crédito VerdeCard são financiadas por instituições financeiras parceiras, conforme divulgado na nota explicativa 31.1.a. Devido ao potencial impacto no ambiente econômico trazido pela disseminação da pandemia do COVID-19, a Companhia realizou uma análise de conjuntura de forma a avaliar a necessidade de alteração na estrutura de cálculo de provisões. Os principais fatores analisados foram:

(i) Possibilidade de afetar a renda disponível dos clientes que possuem faturas vindas;

(ii) Acompanhamento da inadimplência de direitos de creditórios verificada em períodos pré e pós-COVID-19;

(iii) Condições econômicas mercadológicas que podem interferir nas taxas futuras de inadimplência.

Com base nesta análise interna, a Companhia concluiu que o modelo atualmente utilizado para mensuração de perdas esperadas é capaz de capturar os riscos de inadimplência incorridos pela Companhia pois o modelo já inclui, de forma implícita em suas estimativas, o comportamento recente do consumidor, principalmente relativo à mudança gerada pela pandemia do COVID-19, seja em desemprego, renda, e na situação de pagamento. Portanto, não houve mudança nas técnicas de estimativa ou premissas relevantes feitas durante o período do relatório corrente. A movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa ocorrida no exercício foi como segue:

	Controladora	Consolidado		
	31/12/21	31/12/20	31/12/21	31/12/20
Saldo inicial	(4.680)	(4.931)	(56.850)	(88.380)
Complemento da provisão líquida	(921)	-	(91.382)	(52.479)
Baixas efetuadas	-	251	56.790	84.009
Saldo final	(5.601)	(4.680)	(91.442)	(56.850)

Ajuste a valor presente de clientes:

	Controladora e Consolidado	
	31/12/21	31/12/20
Saldo no início do período	(582)	(1.055)
Ajuste a valor presente sobre vendas à prazo e/ou cartão parcelado	(9.984)	(4.739)
Realização do ajuste a valor presente	6.945	5.212
Saldo no final do período	(3.621)	(582)

A Companhia utilizou a taxa de 0,94% mensal (0,36% mensal em 31 de dezembro de 2020) para cálculo de ajuste a valor presente de contas a receber.

9 FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS

Em março de 2018, foram iniciadas as operações do FIDC Verdecard, cujo objeto definido em regulamento é o investimento em direitos creditórios constituído sob a forma de condomínio fechado, regido pela Resolução 2.907 do Banco Central do Brasil, pela Instrução CVM 356, pelo Regulamento do Fundo e pelas demais disposições legais e regulamentares que lhe forem aplicáveis, com o objetivo principal de adquirir direitos creditórios originados das compras dos clientes do cartão VerdeCard. O FIDC Verdecard tem duração de até 10 (dez) anos contados a partir do início de suas operações, sendo que este prazo poderá ser estendido a critério dos Quotistas do Fundo reunidos em Assembleia Geral de Quotistas. Não obstante, as quotas serão objeto de amortizações durante o prazo de vigência do Fundo. A estrutura de patrimônio do FIDC Verdecard, em 31 de dezembro de 2021 está assim representada:

Quotas	Remuneração	% PL do Fundo	Quantidade 31/12/21	Valor 31/12/21
Subordinadas	(*)	36,46%	143.097	296.206
Sênior - 2ª Série	CDI + 2,1% a.a.	4,88%	95.000	39.617
Sênior - 3ª Série	IPCA + 7,0% a.a.	11,09%	120.000	90.122
Sênior - 4ª Série	CDI + 0,9% a.a.	10,61%	100.000	86.177
Sênior - 5ª Série	CDI + 1,9% a.a.	12,32%	100.000	100.084
Sênior - 6ª Série	CDI + 2,4% a.a.	24,64%	200.000	200.176
Total			758.097	812.382

Quotas	Remuneração	% PL do Fundo	Quantidade 31/12/20	Valor 31/12/20
Subordinadas	(*)	43,83%	112.100	235.815
Sênior - 1ª Série	CDI + 1,8% a.a.	1,97%	85.000	10.628
Sênior - 2ª Série	CDI + 2,1% a.a.	13,24%	95.000	71.272
Sênior - 3ª Série	IPCA + 7,0% a.a.	22,34%	120.000	120.171
Sênior - 4ª Série	CDI + 0,9% a.a.	18,59%	100.000	100.022
Total			512.100	537.908

(*) A exposição da Companhia às atividades do FIDC Verdecard limita-se ao montante de cotas subordinadas subscritas, portanto a exposição dos quotistas subordinados em 31 de dezembro de 2021 é limitada ao valor de R\$ 296.206 (R\$ 235.815 em 31 de dezembro de 2020). O Regulamento do Fundo define que as cotas subordinadas devem representar no mínimo 25% das cotas seniores. A Companhia atua como agente de cobrança em caso de inadimplência dos direitos de crédito e efetua o gerenciamento contínuo da carteira do FIDC Verdecard. Em 31 de dezembro de 2021, o balanço patrimonial e a demonstração do resultado do exercício, do FIDC Verdecard estão assim compostos:

Ativo	31/12/21	31/12/20
Caixa e equivalentes de caixa	67.063	14.096
Aplicações financeiras	79.039	26.135
Contas a receber de clientes	664.526	495.270
Despesas antecipadas	-	2
Outros créditos	3.373	2.852
Total do Ativo	814.001	538.355

Passivo	31/12/21	31/12/20
Contas a pagar	1.619	447
Patrimônio Líquido	812.382	537.908
Total do Passivo e Patrimônio Líquido	814.001	538.355

Demonstração do resultado para o período

	31/12/21	31/12/20
Direitos creditórios com aquisição substancial dos riscos e benefícios		

continuação >>>> LOJAS QUERO-QUERO S.A. - CNPJ sob nº 96.418.264/0218-02 | NIRE nº 4330002898-4 - Companhia de Capital Aberto

a) Representa o saldo das quotas seniores emitidas pelo FIDC Verdecard com prioridade de amortização e resgate em relação às quotas subordinadas.
b) Representa o saldo dos custos incorridos para estruturação do FIDC Verdecard que serão apropriados no resultado ao longo do período de vigência do Fundo, conforme cronograma de amortização das quotas seniores. O montante das quotas seniores, deduzido dos custos de estruturação, representam as obrigações com os demais colistas do fundo, e estão registrados em contas de passivo destas informações financeiras intermediárias consolidadas. As parcelas do passivo não circulante das quotas seniores do FIDC Verdecard vencem como segue:

Ano de Vencimento	Consolidado	
	31/12/21	31/12/20
2022	-	103.079
2023	168.203	79.920
2024	116.140	31.863
2025	66.336	-
2026	27.641	-
Total	378.320	214.862

10 ESTOQUES

	Controladora e Consolidado	
	31/12/21	31/12/20
Mercadorias para revenda	452.445	316.871
Estoque para demonstração	751	521
Estoque de uso e consumo próprio	6.117	2.025
Importações em andamento	717	584
Provisão para perdas em estoques de baixa movimentação	(2.052)	(1.097)
Total	457.978	318.904

O custo dos estoques reconhecido no resultado do exercício foi de R\$ 1.026.648 (R\$ 811.424 em 2020). O valor da provisão para perda dos estoques refere-se às prováveis perdas de desvalorização dos estoques, e sua movimentação é como segue:

	Controladora e Consolidado	
	31/12/21	31/12/20
Saldo em 31 de dezembro de 2019	(969)	(128)
Constituição de provisão	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2020	(1.097)	(955)
Constituição de provisão	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2021	(2.052)	-

11 IMPOSTOS A RECUPERAR

		Controladora		Consolidado	
		31/12/20	31/12/19	31/12/20	31/12/19
ICMS	(a)	118.422	51.999	118.422	51.999
Imposto de renda e contribuição social	(b)	20.829	-	24.788	21
COFINS	(c)	260	15.038	260	15.038
PIS	(c)	56	3.265	56	3.265
INSS		-	-	3	-
		139.567	70.302	143.529	70.323
Não circulante		-	-	-	-
COFINS	(d)	39.881	-	39.881	-
PIS	(d)	9.546	-	9.546	-
		49.427	-	49.427	-
Total		188.994	70.302	192.956	70.323

(a) Corresponde principalmente a saldos de ICMS ST presumido a recuperar. A partir de 1º de janeiro de 2021 iniciou a vigência no estado do Rio Grande do Sul do DECRETO RS Nº 55.521/2020, condicionando a utilização dos créditos presumidos de ICMS ST gerado nas aquisições de mercadorias, sujeitas a sistemática de substituição tributária, às respectivas quantidades de saída de mercadorias, através do valor médio móvel ponderado unitário dos créditos apurados sobre as mercadorias adquiridas para revenda. A companhia aderiu ao regime Regime Opcativo de Tributação da Substituição Tributária (ROT-RS) conforme DECRETO RS Nº 56.150/2021 com vigência a partir de 1º de janeiro de 2022, cujo impacto trará o incremento do ICMS ST ao custo dos estoques e eliminará a incidência de ICMS ST efetivo no momento da revenda das mercadorias.
(b) Os saldos de imposto de renda e contribuição social a recuperar são decorrentes principalmente de impostos retidos na fonte sobre operações financeiras. A realização destes créditos será efetuada através de compensação com outros tributos federais. Em 24 de setembro de 2021, o Supremo Tribunal Federal (STF) julgou em decisão plenária, por unanimidade, a não incidência do IRPJ e da CSLL sobre os valores relativos à taxa SELIC, recebidos pelo contribuinte em razão de repetição de indébito tributário. A Companhia ajuizou ação judicial buscando assegurar a não incidência do IRPJ e CSLL sobre juros SELIC antes do julgamento do STF, e desta forma registrou na data destas demonstrações financeiras o montante de R\$ 2.926 a ser compensado a partir do trânsito em julgado de sua ação judicial.
(c) Os saldos de PIS e Cofins a recuperar referem-se principalmente a pagamentos a maior de exercícios anteriores que serão recuperados no exercício de 2022. Com relação à ação judicial da Companhia para o reconhecimento do direito à exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e da COFINS, com número de processo 5030684-54.2013.404.7100, transitada em julgado em 18 de agosto de 2020 em sentido favorável, determinando expressamente a exclusão do ICMS destacado nas notas fiscais de saída da base de cálculo das referidas contribuições, a Companhia mensurou os valores a serem recuperados de acordo com a determinação na sentença da ação judicial transitada em julgado, e obteve o deferimento do pedido de habilitação perante a Receita Federal do Brasil em 15 de dezembro de 2020, relativo aos períodos de apuração de 05/2010 a 06/2017, compensando em sua totalidade os referidos créditos com os próprios tributos no exercício de 2021.
(d) Os saldos de PIS e Cofins a recuperar classificados no não circulante referem-se a ação de exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e da COFINS, com número de processo 5000575-32.2019.4.04.7105, transitada em julgado em 04 de fevereiro de 2020 em sentido favorável, compreendendo os períodos de 01/2002 a 08/2008. A Companhia finalizou a mensuração dos referidos créditos, e registrou contabilmente os montantes na data destas demonstrações financeiras. Os valores não foram registrados anteriormente pela Companhia, pois a mesma estava realizando o levantamento de toda a documentação necessária do período para poder analisar e mensurar com confiabilidade os montantes a serem restituídos. Esses valores serão recuperados pela Companhia através de pedido de compensação perante a Receita Federal do Brasil, e serão repassados conforme contrato firmado entre as partes para antigos controladores fundadores, uma vez que contratualmente os créditos deste período são de direito dos mesmos. A obrigação de repasse dos montantes a serem restituídos está registrada na rubrica de outras obrigações do balanço patrimonial, conforme demonstrado na nota explicativa nº 24. Os registros contábeis dos referidos créditos não trouxeram impactos contábeis no resultado líquido do período, visto que os mesmos são de direito dos antigos controladores fundadores, e serão repassados após a conclusão da restituição junto a Receita Federal do Brasil.

12 IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DIFERIDOS

A movimentação dos saldos de imposto de renda e contribuição social diferidos durante o ano foi a seguinte:

	Controladora		Consolidado	
	Saldo em 31 de Dezembro de 2019	Constituição (realização)	Saldo em 31 de Dezembro de 2020	Constituição (realização)
Prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social	110.258	(10.406)	99.852	(4.431)
Diferenças temporárias	-	-	-	-
Receita Diferida	3.376	(162)	3.214	(3.214)
Ajuste a valor presente de clientes	358	(161)	197	1.033
Provisão para perdas em estoques de baixa movimentação	335	44	379	325
Ajuste a valor presente de estoques	1.191	69	1.260	4.540
Provisão para dissídio coletivo	223	142	365	(179)
Provisão atualização contas a pagar por aquisição de investimento	4.849	437	5.286	265
Provisão para riscos tributários, trabalhistas e cíveis	3.101	6.302	9.403	(1.670)
Ajuste a valor presente de fornecedores	(2.321)	864	(1.457)	(3.859)
Arrendamento mercantil	4.674	2.110	6.784	3.636
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	575	(87)	488	115
Provisão bônus FIDC Verdecard	2.860	(2.860)	-	-
Outras provisões	1.048	5.763	6.811	(2.104)
Total	130.527	2.055	132.582	(5.543)

	Controladora		Consolidado	
	Saldo em 31 de Dezembro de 2019	Constituição (realização)	Saldo em 31 de Dezembro de 2020	Constituição (realização)
Prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social	120.055	(13.503)	106.552	(5.909)
Diferenças temporárias	-	-	-	-
Receita Diferida	3.376	(162)	3.214	(3.214)
Ajuste a valor presente de clientes	358	(161)	197	1.033
Provisão para perdas em estoques de baixa movimentação	335	44	379	325
Ajuste a valor presente de estoques	1.191	69	1.260	4.540
Provisão para dissídio coletivo	223	142	365	(179)
Provisão atualização contas a pagar por aquisição de investimento	4.849	437	5.286	265
Provisão para riscos tributários, trabalhistas e cíveis	3.649	6.407	10.056	(1.540)
Ajuste a valor presente de fornecedores	(2.321)	864	(1.457)	(3.859)
Arrendamento mercantil	4.674	2.110	6.784	3.636
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	575	(87)	488	115
Provisão bônus FIDC Verdecard	3.095	(3.095)	-	-
Outras provisões	1.206	6.218	7.424	(2.306)
Total	141.265	(717)	140.548	(7.093)

Os prejuízos fiscais acumulados, de acordo com a legislação tributária vigente, não prescrevem. A utilização do saldo de prejuízos fiscais e base negativa da contribuição social está limitada a 30% do lucro tributável apurado em cada exercício. A recuperação dos créditos fiscais está baseada em projeções de resultados tributáveis com base nos estudos realizados que revelam expectativas de lucros tributáveis para os seguintes exercícios:

Ano	Controladora		Consolidado	
	31/12/20	Valor	31/12/20	Valor
2022	-	8.346	-	13.200
2023	-	10.138	-	14.150
2024	-	21.107	-	21.129
2025	-	29.484	-	29.523
Após 2026	-	57.964	-	59.453
Total	-	127.039	-	133.455

A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais combinadas e da despesa de imposto de renda e contribuição social sobre o resultado é demonstrada como segue:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/21	31/12/20	31/12/21	31/12/20
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	87.445	88.739	92.249	98.442
Alíquota fiscal combinada	34%	34%	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social:				
Pela alíquota fiscal combinada	(29.731)	(30.171)	(31.365)	(33.470)
Efeito da equivalência patrimonial (Adições) Excluídas permanentes:	2.918	5.533	-	-
Despesas não dedutíveis	(6.051)	(3.884)	(6.210)	(4.062)
Incentivos fiscais	2.919	3.344	4.255	4.172
Parcela isenta do adicional de 10%	24	24	48	48
Efeito do juros sobre capital próprio	7.777	4.281	7.777	4.281
Outros	2.926	-	1.473	(1.545)
Imposto de renda e contribuição social no resultado do exercício	(19.218)	(20.873)	(24.022)	(30.576)
Imposto de renda e contribuição social Corrente	(13.675)	(22.928)	(16.929)	(29.859)
Imposto de renda e contribuição social Diferidos	(5.543)	2.055	(7.093)	(717)

13 OUTROS CRÉDITOS

	Controladora		Consolidado	
	31/12/21	31/12/20	31/12/21	31/12/20
Circulante				
Créditos a receber de fornecedores (a)	24.071	14.545	24.234	14.617
Adiantamento a colaboradores	2.624	2.197	2.857	2.348
Contas a receber ex-controladores (b)	5.873	29.281	5.960	29.459
Outros	635	106	10.669	11.063
Subtotal	33.203	46.129	43.720	57.487
Não circulante				
Contas a receber ex-controladores (b)	386	108	389	112
Outros	101	101	101	101
Subtotal	487	209	490	213
Total	33.690	46.338	44.210	57.700

a) Saldos acordados de ressarcimento de verba de propaganda cooperada, e bonificações de fornecedores por crescimento de volume de compras.
b) Contas a receber de antigos controladores fundadores da Companhia, por conta de ressarcimento de valores pagos e/ou provisionados pela Companhia e que são de responsabilidade, em função de sua competência, dos antigos controladores fundadores, conforme contrato firmado entre as partes. Em 11 de fevereiro de 2020 a Companhia liquidou processo judicial que estava em andamento e efetivou pagamento no montante de R\$ 21.500 deste contas a receber abatendo do contas a pagar por aquisição de investimento (nota explicativa nº 20), após a elaboração de instrumento particular de transação datado de 17 de maio de 2021. Os saldos remanescentes classificados no ativo circulante possuem expectativa de liquidação para os próximos 12 meses, e os valores provisionados no ativo não circulante se realizarão somente após a liquidação efetiva dos processos judiciais que estão em andamento até a data destas demonstrações financeiras.

14 PARTES RELACIONADAS

As transações de prestações de serviços, assim como as eventuais transações financeiras de empréstimos e captação de recursos, entre a Companhia, suas controladas e outras partes relacionadas são realizadas de acordo com as condições estabelecidas em contrato entre as partes. No quadro a seguir estão demonstradas as transações ocorridas e os saldos em aberto entre a Companhia e suas partes relacionadas, e na sequência a descrição da natureza e condição das operações.

	Saldos		Transações	
	31/12/21	31/12/20	31/12/21	31/12/20
Verde Administradora de cartões de Crédito S.A.				
Contas a pagar	1	5	-	-
Contas a receber	86.304	40.659	-	-
Dividendos a receber	2.124	-	-	-
Dividendos recebidos	-	-	16.211	-
Despesas com vendas e administrativas	-	-	(50.174)	(38.084)
Despesas/Receitas financeiras	-	-	-	184
Sentinelá dos Pampas - Adm. Corretora de Seg. Ltda				
Despesas com vendas e administrativas	-	-	115	111
FIDC Verdecard				
Contas a receber	236.964	188.652	-	-
Receitas financeiras	-	-	176.312	151.123
Outras partes relacionadas				
Receitas financeiras	-	-	-	355

	Saldos		Transações	
	31/12/21	31/12/20	31/12/21	31/12/20
Outras partes relacionadas				
Receitas financeiras	-	-	-	355
Os valores a receber da Verde correspondem às vendas realizadas pela Companhia, através do cartão VerdeCard. Essas vendas não possuem taxas de juros atreladas, e possuem em quase sua totalidade prazo para liquidação inferior a 12 meses. As contas a pagar referem-se a ressarcimento				

Movimentação do Imobilizado

	Terrenos	Prédios e edificações	Máquinas e equipamentos	Móveis e utensílios	Veículos	Computadores e periféricos	Benfeitoria Imóveis terceiros	Imobilizado em andamento	Arrendamento direitos de uso - alugueis de lojas	Arrendamento máquinas e equipamentos	Total
Custo											
Saldo em 31 de dezembro de 2019	83	1.374	3.365	35.269	5.658	25.668	52.041	23.189	307.420	4.448	458.515
Adições	-	-	584	8.381	105	10.054	-	26.989	199.154	-	245.267
Baixas	-	-	-	(5)	(61)	(50)	-	-	(64.493)	-	(64.609)
Transferências	-	-	-	(13)	187	300	13.920	(13.762)	-	-	2.900
Saldo em 31 de dezembro de 2020	83	1.374	3.936	45.913	5.889	35.972	65.961	36.416	442.081	4.448	642.073
Adições	-	-	1.555	20.093	-	8.975	-	42.295	288.138	-	361.056
Baixas	(16)	(1.266)	-	-	(61)	-	-	-	(98.541)	-	(99.884)
Transferências	-	-	-	6.856	575	640	25.653	(32.942)	-	-	782
Saldo em 31 de dezembro de 2021	67	108	5.491	72.862	6.403	45.587	91.614	45.769	631.678	4.448	904.027
Depreciação Acumulada											
Saldo em 31 de dezembro de 2019	-	(1.096)	(2.019)	(12.043)	(4.219)	(18.849)	(34.451)	-	(116.324)	(927)	(189.928)
Adições	-	(26)	(250)	(3.541)	(713)	(2.862)	(5.245)	-	(46.236)	(444)	(59.317)
Baixas	-	-	-	5	61	50	-	-	6.649	-	6.765
Saldo em 31 de dezembro de 2020	-	(1.122)	(2.269)	(15.579)	(4.871)	(21.661)	(39.696)	-	(155.911)	(1.371)	(242.480)
Adições	-	(22)	(347)	(5.144)	(571)	(4.837)	(9.835)	-	(58.816)	(445)	(80.017)
Baixas	-	1.055	-	-	61	-	-	-	4.973	-	6.089
Saldo em 31 de dezembro de 2021	-	(89)	(2.616)	(20.723)	(5.381)	(26.498)	(49.531)	-	(209.754)	(1.816)	(316.408)
Valor Residual em 31/12/2019	83	278	1.346	23.226	1.439	6.819	17.590	23.189	191.096	3.521	268.587
Valor Residual em 31/12/2020	83	252	1.667	30.334	1.018	14.311	26.265	36.416	286.170	3.077	399.593
Valor Residual em 31/12/2021	67	19	2.875	52.139	1.022	19.089	42.083	45.769	421.924	2.632	587.619

Movimentação do Imobilizado

	Terrenos	Prédios e edificações	Máquinas e equipamentos	Móveis e utensílios
Custo				
Saldo em 31 de dezembro de 2019	83	1.374	3.375	35.348
Adições	-	-	585	8.382
Baixas	-	-	-	(5)
Transferências	-	-	(13)	2.268
Saldo em 31 de dezembro de 2020	83	1.374	3.947	45.993
Adições	-	-	1.555	20.093
Baixas	(16)	(1.266)	-	-
Transferências	-	-	-	6.856
Saldo em 31 de dezembro de 2021	<u>67</u>	<u>108</u>	<u>5.502</u>	<u>72.942</u>
Depreciação Acumulada				
Saldo em 31 de dezembro de 2019	-	(1.096)	(2.020)	(12.114)
Adições	-	(26)	(252)	(3.543)
Baixas	-	-	-	5
Saldo em 31 de dezembro de 2020	-	(1.122)	(2.272)	(15.652)
Adições	-	(22)	(349)	(5.145)
Baixas	-	1.055	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2021	<u>-</u>	<u>(89)</u>	<u>(2.621)</u>	<u>(20.797)</u>
Valor Residual em 31/12/2019	83	278	1.355	23.234
Valor Residual em 31/12/2020	83	252	1.675	30.341
Valor Residual em 31/12/2021	67	19	2.881	52.145
A taxa média de depreciação de arrendamento direitos de uso – alugueis lojas é de 14,34%, e está apó divulgada na nota explicativa nº 29. Em 31 de dezembro de 2021 a Companhia avaliou e não identificou futuros suficientes para recuperar seu valor contábil, e portanto não foi necessário efetuar o teste de depreciação.				

continuação >>>> LOJAS QUERO-QUERO S.A. - CNPJ sob nº 96.418.264/0218-02 | NIRE nº 4330002898-4 - Companhia de Capital Aberto

Amortização Acumulada									
	Fundos de comércio na aquisição de pontos comerciais		Projeto Cartão Verde	Sistemas desenvolvidos		Outros ativos intangíveis	Total		
	Software	Software		desenvolvidos	desenvolvidos		Software	Software	Software
Saldo em 31 de dezembro de 2019	(10.484)	(28.713)	(6.015)	(3.417)	(1.373)	(52.002)			
Adições	(83)	(2.438)	(94)	(1.574)	(295)	(4.484)			
Saldo em 31 de dezembro de 2020	(10.567)	(31.151)	(6.109)	(6.991)	(1.668)	(56.486)			
Adições	(82)	(2.878)	(94)	(2.383)	(281)	(5.718)			
Saldo em 31 de dezembro de 2021	(10.649)	(34.029)	(6.203)	(9.374)	(1.949)	(62.204)			
Valor Residual em 31/12/2019	463	15.745	470	5.042	16.689	38.409			
Valor Residual em 31/12/2020	380	18.921	376	13.080	10.757	43.514			
Valor Residual em 31/12/2021	298	21.376	282	20.523	6.964	49.443			

Em 31 de dezembro de 2021 a Companhia avaliou e não identificou fatores que indicassem que os ativos mantidos pela Companhia não gerarão benefícios econômicos futuros suficientes para recuperar seu valor contábil, portanto não foi necessário efetuar o teste de impairment.

18 FORNECEDORES E FORNECEDORES CONVÊNIO									
	Controladora e Consolidado			Controladora e Consolidado			Total		
	31/12/21	31/12/20		31/12/21	31/12/20		31/12/21	31/12/20	31/12/19
Fornecedores (a)	450.117	361.550		450.117	361.550		450.117	361.550	
Ajuste a valor presente	(15.640)	(4.289)		(15.640)	(4.289)		(15.640)	(4.289)	
Total Fornecedores	434.477	357.261		434.477	357.261		434.477	357.261	
Fornecedores - convênio (b)	41.324	12.105		41.324	12.105		41.324	12.105	
Total Fornecedores Convênio	41.324	12.105		41.324	12.105		41.324	12.105	

a) Representa o saldo a pagar pela compra de mercadorias a prazo junto a fornecedores, registrado ao valor presente na data da transação com prazo médio de 104 dias (96 dias em 31 de dezembro de 2020). Inclui também financiamento direto por certos fornecedores no montante de R\$ 27.845 (R\$ 19.555 em 31 de dezembro de 2020) com prazo médio de 61 dias (45 dias em 31 de dezembro de 2020) sujeito a juros de mercado.

b) Tratam-se de saldos a pagar junto a fornecedores pela compra de mercadorias a prazo, que optaram por antecipá-los por intermédio de instituições financeiras parceiras da Companhia. Devido às características da negociação comercial de prazos entre fornecedores e a Companhia, estes saldos foram incluídos em programas de antecipação de recursos utilizando linhas de crédito da Companhia junto às instituições financeiras. A Companhia identificou que esta transação possui uma natureza específica e a classifica separadamente da rubrica fornecedores no balanço patrimonial. Movimentação do ajuste a valor presente:

Controladora e Consolidado									
	Controladora e Consolidado			Controladora e Consolidado			Total		
	31/12/21	31/12/20		31/12/21	31/12/20		31/12/21	31/12/20	31/12/19
Saldo no início do período	4.289	(6.830)		4.289	(6.830)		4.289	(6.830)	
Ajuste a valor presente	(28.766)	(13.616)		(28.766)	(13.616)		(28.766)	(13.616)	
Realização do ajuste a valor presente	17.415	16.157		17.415	16.157		17.415	16.157	
Saldo no final do período	(15.640)	(4.289)		(15.640)	(4.289)		(15.640)	(4.289)	

A Companhia utilizou a taxa de 0,94% mensal (0,36% em 2020) para cálculo de ajuste a valor presente.

19 EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS									
Em moeda nacional									
	Taxa de juros		Vencimento final	Controladora e Consolidado			Total		
	31/12/20	31/12/19		31/12/20	31/12/19		31/12/20	31/12/19	31/12/18
Capital de giro	Juros de 1,85% a 2,35% a.a. + CDI	2021		8.704			8.704		
Capital de giro	Juros de 1,85% a 2,67% a.a. + CDI	2021 a 2024	150.470	184.964			150.470	184.964	
Capital de giro	Juros de 4,28% a 4,84% a.a. + CDI	2021 a 2024	15.439	58.677			15.439	58.677	
Debêntures (a)	Juros de 1,50% a.a. + CDI	2024	101.641	123.042			101.641	123.042	
Consórcio		2024	258	356			258	356	
Total			267.808	375.743			267.808	375.743	
Circulante			109.494	167.908			109.494	167.908	
Não circulante			158.314	207.835			158.314	207.835	

CDI - Certificado de Depósito Interbancário.

Indexador

CDI (12 meses)

a) Representa o saldo de 1ª emissão de debêntures simples não conversíveis em ações de emissão da Companhia, em série única, da espécie quirográfica, com garantia adicional na forma da garantia real. A emissão ocorreu em 16 de dezembro de 2019 sob a forma nominativa e escritural, sem emissão de caules e certificados, equivalente a 120.000 (cento e vinte mil) debêntures. Sobre o valor nominal unitário incide taxa de 1,50% a.a. + CDI. As parcelas do passivo não circulante dos empréstimos e financiamentos vencem como segue:

Ano de Vencimento									
	Controladora e Consolidado			Controladora e Consolidado			Total		
	31/12/21	31/12/20		31/12/21	31/12/20		31/12/21	31/12/20	31/12/19
2022	-	87.056		-	87.056		-	87.056	
2023	89.891	64.859		89.891	64.859		89.891	64.859	
2024	68.423	55.920		68.423	55.920		68.423	55.920	
Total	158.314	207.835		158.314	207.835		158.314	207.835	

Os empréstimos e financiamentos referem-se, principalmente, a capital de giro utilizado para financiar as operações da Companhia. A movimentação apresentada nas atividades de financiamento do fluxo de caixa é a seguinte:

Controladora e Consolidado									
	Controladora e Consolidado			Controladora e Consolidado			Total		
	31/12/21	31/12/20		31/12/21	31/12/20		31/12/21	31/12/20	31/12/19
Em 31 de dezembro de 2019	335.999	92.219		335.999	92.219		335.999	92.219	
Captações - capital de giro	92.219			92.219			92.219		
Variação monetária e juros	19.156			19.156			19.156		
Amortização de juros	(11.119)			(11.119)			(11.119)		
Amortização de principal	(60.512)			(60.512)			(60.512)		
Em 31 de dezembro de 2020	375.743			375.743			375.743		
Captações - capital de giro	30.000			30.000			30.000		
Variação monetária e juros	23.316			23.316			23.316		
Amortização de juros	(24.910)			(24.910)			(24.910)		
Amortização de principal	(136.341)			(136.341)			(136.341)		
Em 31 de dezembro de 2021	267.808			267.808			267.808		

Cláusulas restritivas de contratos de financiamento - Sobre os contratos de financiamento em aberto em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020 a Companhia está sujeita ao atendimento de certas cláusulas financeiras restritivas, que possuem medição anual e/ou semestral, conforme demonstrado abaixo:

Divida líquida/EBITDA ≤ 2,0x;

Divida financeira líquida/EBITDA ≤ 2,0x;

EBITDA/resultado financeiro ≥ 2,0x.

Por divida líquida, entende-se o somatório de todos os empréstimos e financiamentos, excluindo-se disponibilidade de caixa e equivalentes de caixa, e aplicações financeiras. Por divida financeira líquida, entende-se o somatório de todos os empréstimos e financiamentos, excluindo-se disponibilidade de caixa e equivalentes de caixa, e aplicações financeiras desconsiderando os equivalentes de caixa e aplicações financeiras do FIDC Verdecard. EBITDA definido contratualmente como Lucro/Prejuízo operacional antes do resultado financeiro líquido, somadas as depreciações e amortizações. Todos os covenants estão sendo cumpridos e não há nenhum evento de default.

Garantias de contratos de financiamento - A Companhia possui empréstimos contratados com instituições financeiras, as quais encontram-se adimplentes em sua totalidade, e que estão atreladas às garantias listadas abaixo: (i) duplicatas e/ou boletos de cobrança relativos a transações de pagamentos à vista ou parcelado sem juros, mantidos em uma conta caução de instituições financeiras; (ii) rendimentos das cotas subordinadas do FIDC Verdecard; (iii) recebíveis outros cartões (Visa, Mastercard e Elo); (iv) Standby Letter of Credit - Nota Promissória no valor de R\$ 30.000; (v) Certificado de depósito bancário no montante de R\$ 1.500.

20 CONTAS A PAGAR POR AQUISIÇÃO DE INVESTIMENTO									
	Controladora e Consolidado			Controladora e Consolidado			Total		
	31/12/21	31/12/20		31/12/21	31/12/20		31/12/21	31/12/20	31/12/19
Contas a pagar por aquisição de investimento referem-se à retenção contratual para garantia do cumprimento de obrigações assumidas pelos antigos acionistas fundadores da Companhia conforme Instrumento Particular de Assunção de Dívida e Outras Avenças, celebrado em 5 de outubro de 2010. O passivo foi assumido pela Companhia como resultado de reorganização societária ocorrida em fevereiro de 2016. A dívida está sujeita à atualização com base em 100% da taxa DI. A movimentação do saldo de contas a pagar está demonstrada como segue:									
Saldo em 31 de dezembro de 2019	46.488			46.488			46.488		
Atualização	1.287			1.287			1.287		
Saldo em 31 de dezembro de 2020	47.775			47.775			47.775		
Atualização	780			780			780		
Amortização	(30.079)			(30.079)			(30.079)		
Saldo em 31 de dezembro de 2021	18.476			18.476			18.476		

Em 17 de maio de 2021 foi celebrado instrumento particular de transação entre a Companhia e antigos controladores fundadores, amortizando parte do contas a pagar por aquisição de investimento com o contas a receber de antigos controladores fundadores da Companhia, por conta de ressarcimento de valores pagos e/ou provisionados pela Companhia e que são de responsabilidade dos mesmos.

21 PROVISÃO PARA RISCOS TRIBUTÁRIOS, TRABALHISTAS E CÍVEIS									
	Controladora e Consolidado			Controladora e Consolidado			Total		
	31/12/21	31/12/20		31/12/21	31/12/20		31/12/21	31/12/20	31/12/19
Natureza	Saldo final	Adição a	Reversões/	Saldo final	Adição a	Reversões/	Saldo final	Adição a	Reversões/
Cíveis (a)	583	7.206	(390)	7.399	1.686	(8.109)	976		
Trabalhistas (b)	2.660	1.502	(1.115)	3.047	3.208	(1.030)	5.225		
Tributárias									
Federal (c)	5.945	12.430	(1.054)	17.321	562	(953)	16.930		
Total provisões	9.188	21.138	(2.559)	27.767	5.456	(10.092)	23.131		

Controladora e Consolidado									
	Controladora e Consolidado			Controladora e Consolidado			Total		
	31/12/21	31/12/20		31/12/21	31/12/20		31/12/21	31/12/20	31/12/19
Natureza	Saldo final	Adição a	Reversões/	Saldo final	Adição a	Reversões/	Saldo final	Adição a	Reversões/
Cíveis (a)	1.954	8.262	(1.189)	9.027	2.671	(8.925)	2.773		
Trabalhistas (b)	2.661	1.509	(1.116)	3.054	3.351	(1.052)	5.353		
Tributárias									
Federal (c)	5.945	12.430	(1.054)	17.321	562	(953)	16.930		
Total provisões	10.560	22.201	(3.359)	29.402	6.584	(10.930)	25.056		

As provisões para as perdas decorrentes destes processos são baseadas na opinião do departamento jurídico da Companhia e de seus assessores legais externos e são estimadas e atualizadas pela Administração. Descritivo do que se referem às causas cíveis e trabalhistas prováveis: a) Referem-se a diversas demandas de reclamações cíveis, principalmente de reclamações de clientes, cuja perda é avaliada como provável pela Companhia, não tendo nenhum processo específico em relevância. A ação ajuizada exigindo o recolhimento de contribuições de direitos autorais, referente a reproduções audiovisuais realizadas nas lojas da Companhia, foi liquidada através de acordo entre as partes, tendo sua provisão revertida no exercício de 2021.

b) Refere-se a discussões que envolvem, principalmente, reclamações de horas-extras e rescisões.

c) Refere-se principalmente a discussões que envolvem a incidência da contribuição previdenciária sobre o tempo de férias, e também a discussões que envolvem o afastamento da incidência das contribuições de PIS e COFINS sobre a venda a varejo dos produtos de tecnologia relacionados no programa de inclusão digital. Com relação a incidência da contribuição previdenciária sobre o tempo de férias, a Companhia possui ação judicial sobre o tema, mas com o julgamento da matéria pelo STF ocorrido em 28 de agosto de 2020, decidindo em caráter de repercussão geral (RE 1.072.485), quanto à constitucionalidade da incidência da referida contribuição, a Companhia junto aos seus assessores jurídicos entende que a probabilidade de perda dos montantes não recolhidos compreendendo os períodos de 2008 a 2020 se torna provável, e por esse motivo constituiu provisão dos montantes em suas demonstrações financeiras. Conforme mencionado na nota explicativa nº 13, existe contrato entre a Companhia e os antigos controladores fundadores para ressarcimento de pagamentos incorridos com contingências geradas antes da data de venda da empresa. A Companhia efetua provisão no passivo para todos os riscos cuja perda seja avaliada como provável. Em relação às ações cuja perda é avaliada como possível pela Companhia, suportada pelos seus assessores legais, não foram constituídas provisões. A composição desses processos que não estão sujeitos a reembolso por parte dos antigos controladores fundadores é a seguinte:

Natureza									
	31/12/21		31/12/20			Total			
	31/12/21	31/12/20	31/12/21	31/12/20		31/12/21	31/12/20	31/12/19	31/12/18
Trabalhista (a)	1.082	1.058				1.082	1.058		
Cível (b)	6.146	4.648				6.146	4.648		
Tributárias	811	1.345				811	1.345		
Total	8.039	7.051				8.039	7.051		

a) Referem-se a diversas demandas trabalhistas que envolvem, principalmente, reclamações de horas-extras, rescisões, não tendo nenhum processo específico em relevância. b) Referem-se a diversas demandas de reclamações cíveis, principalmente de reclamações de clientes, cuja perda é avaliada como possível pela Companhia, não tendo nenhum processo específico em relevância.

22 IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECOLHER					
	Controladora		Consolidado		
	31/12/21	31/12/20	31/12/21	31/12/20	
IR a recolher	4.953	4.392	5.198	4.887	
PIS a recolher	895	1.156	928	1.277	
COFINS a recolher	4.107	5.334	4.359	5.982	
CSLL a recolher	-	507	2	753	
ICMS a recolher	9.112	4.090	9.112	4.090	
ISS a recolher	243	425	577	590	
	19.310	15.904	20.176	17.579	

continuação

LOJAS QUERO-QUERO S.A. - CNPJ sob nº 96.418.264/0218-02 | NIRE nº 4330002898-4 - Companhia de Capital Aberto

30 RESULTADO FINANCEIRO

	Controladora		Consolidado	
	31/12/21	31/12/20	31/12/21	31/12/20
Receitas financeiras				
Rentabilidade equivalentes de caixa e aplicações financeiras	5.385	4.556	7.862	6.194
Variações monetárias ativas	1.543	7.593	1.549	7.595
Varição monetária com recuperação de créditos fiscais (a)	27.412	-	27.412	-
Ajuste a valor presente	6.945	5.212	6.945	5.212
Rendimentos quotas FIDC Verdecard	176.312	151.123	-	-
PIS/COFINS sobre receitas financeiras	(9.834)	(7.613)	(1.753)	(888)
Outros	1.227	623	1.277	909
Subtotal	208.990	161.494	43.292	19.022
Despesas financeiras				
Juros s/ empréstimos e mora	(25.019)	(24.890)	(25.050)	(25.068)
Juros passivo de arrendamentos	(30.730)	(19.389)	(30.730)	(19.389)
Variações monetárias passivas	(2.097)	(1.178)	(2.097)	(994)
Varição monetária com ex-controladores (b)	(26.138)	-	(26.138)	-
Atualização contas a pagar por aquisição de investimento	(780)	(1.287)	(780)	(1.287)
Ajuste a valor presente	(17.415)	(16.157)	(17.415)	(16.157)
IOF	(1.431)	(1.301)	(1.480)	(1.315)
Descontos concedidos	(364)	(190)	(1.169)	(912)
Outros	(9.616)	(8.547)	(10.129)	(9.026)
Subtotal	(113.590)	(72.939)	(114.988)	(74.148)
Resultado financeiro	95.400	88.555	(71.696)	(55.126)

(a) Refere-se a atualização do crédito da ação transitada em julgamento de exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e da COFINS a ser restituído junto a Receita Federal do Brasil, conforme descrito no item "d" da nota explicativa nº 11.

(b) Refere-se a atualização do crédito da ação transitada em julgamento de exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e da COFINS a ser restituído junto a Receita Federal do Brasil, líquido de PIS e COFINS sobre a receita financeira, a ser repassado aos antigos controladores fundadores, conforme descrito no item "d" da nota explicativa nº 11, e item "b" da nota explicativa nº 24.

31 INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GERENCIAMENTO DE RISCOS

Os principais instrumentos financeiros e seus valores registrados nas demonstrações financeiras, por categoria, são os seguintes:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/21	31/12/20	31/12/21	31/12/20
Ativos financeiros	Valor	Valor	Valor	Valor
	Contábil	Contábil	Contábil	Contábil
Custo amortizado:				
Caixa e equivalentes de caixa	117.335	417.497	256.351	475.437
Contas a receber de clientes	150.288	91.831	867.809	664.526
Outros créditos	33.690	46.338	44.210	57.700
Valor justo por meio do resultado:				
Aplicações Financeiras	5.849	5.401	84.889	31.536
Passivos financeiros				
Passivos financeiros mantidos ao custo amortizado:				
Fornecedores	434.477	357.261	434.477	357.261
Fornecedores convênio (a)	41.324	12.105	41.324	12.105
Obrigações com conveniadas (b)	-	-	147.685	120.682
Passivos de Arrendamento	453.470	308.013	453.470	308.013
Contas a pagar por aquisição de investimento	18.476	47.775	18.476	47.775
Empréstimos e financiamentos	267.808	375.743	267.808	375.743
Quotas seniores FIDC Verdecard	-	-	510.442	296.268
Passivos financeiros avaliados a valor justo:				
Instrumentos financeiros derivativos	-	373	-	373

a) Fornecedores convênio tratam-se de saldos a pagar junto a fornecedores pela compra de mercadorias a prazo, que optaram por antecipá-los por intermédio de instituições financeiras parceiras da Companhia, conforme descrito na nota explicativa nº 18.

b) Em obrigações com conveniadas estão registrados os valores devidos aos estabelecimentos conveniados, referentes às transações com cartões de crédito VerdeCard.

Os instrumentos financeiros mensurados ao custo amortizado, cujos valores justos diferem dos saldos contábeis, encontram-se divulgados na nota explicativa nº 31.3. Os valores justos de caixas e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes, outros créditos, partes relacionadas – ativo, aplicações financeiras, fornecedores, fornecedores convênio, obrigações com conveniadas, contas a pagar por aquisição de investimento, passivos de arrendamento, e Quotas Seniores FIDC Verdecard são equivalentes aos seus valores contabilizados.

31.1 - Considerações sobre os fatores de riscos que podem afetar os negócios da Companhia e suas subsidiárias:

a) Risco de Crédito: O risco de crédito refere-se ao risco de uma contraparte não cumprir com suas obrigações contratuais, levando a Companhia a incorrer em perdas financeiras. A Companhia está exposta ao risco de crédito para caixas e equivalentes de caixa e aplicações financeiras mantidos com instituições financeiras e a posição de contas a receber de clientes geradas em suas transações comerciais.

* *Caixa e equivalentes de Caixa e aplicações financeiras:* a fim de minimizar o risco de crédito desses investimentos, os investimentos em instituições financeiras são alvo de análises as quais levam em consideração limites monetários e as avaliações das instituições financeiras.

* *Contas a receber:* As políticas de vendas da Companhia buscam minimizar esse risco por meio da seleção criteriosa da carteira de clientes que considera a capacidade de pagamento (análise de crédito) e da diversificação de suas vendas (pulverização do risco).

O risco de crédito relativo ao contas a receber é minimizado pelo fato de grande parte das vendas serem realizadas por meio de cartões de crédito seja ele próprio ou de terceiros. Nas transações com cartão de crédito próprio, a Companhia transfere os recebíveis em atraso de forma definitiva e sem direito de regresso para a instituição financeira parceira do cartão, proporcionando por esse motivo o desconhecimento desse contas a receber. Nas transações envolvendo cartões de crédito terceiros, o risco de crédito pertence à instituição emissora do cartão do cliente. A Companhia possui provisão para créditos de liquidação duvidosa de financiamento próprio, no montante de R\$ 91.442 (R\$ 56.850 em 31 de dezembro de 2020), conforme demonstrado na nota explicativa nº 8.

b) Risco de Mercado – Taxa de juros - Risco de taxas de juros é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nas taxas de juros de mercado. A exposição da Companhia ao risco de mudanças nas taxas de juros de mercado refere-se, principalmente, às obrigações de curto e longo prazo da Companhia sujeitas a taxas de juros variáveis, principalmente o CDI.

c) Risco de Taxa de Câmbio - A Companhia eventualmente realiza algumas transações em moeda estrangeira; consequentemente, surgem exposições a variações nas taxas de câmbio. As exposições aos riscos de taxa de câmbio são administradas de acordo com os parâmetros estabelecidos pelas políticas aprovadas, por meio da utilização de contratos futuros de moeda. O risco cambial é decorrente de operações comerciais futuras e atuais, geradas pela captação de capital de giro em dólar norte americano. Em 31 de dezembro de 2021 não existiam operações de derivativos contratados para proteção cambial.

d) Risco de Gestão de Capital - O objetivo principal da administração de capital da Companhia é assegurar a manutenção de uma classificação de crédito forte e uma razão de capital em montante suficiente para dar apoio aos negócios e maximizar o valor do acionista. A Companhia administra o capital por meio de quocientes de alavancagem, que é a dívida líquida dividida pelo capital total. A Companhia inclui na dívida líquida os empréstimos e financiamentos, menos caixa e equivalentes de caixa, e aplicações financeiras. A Companhia administra a estrutura do capital e a ajusta considerando as mudanças nas condições econômicas. Não houve alterações quanto aos objetivos, políticas ou processos durante o exercício de 2021.

	Controladora		Consolidado	
	31/12/21	31/12/20	31/12/21	31/12/20
Caixa e equivalentes de caixa	Valor	Valor	Valor	Valor
	Contábil	Contábil	Contábil	Contábil
Aplicações Financeiras	117.335	417.497	256.351	475.437
Empréstimos e financiamentos	5.849	5.401	84.889	31.536
e) Risco de Liquidez - Risco de liquidez é o risco em que a Companhia irá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A responsabilidade final pelo gerenciamento do risco de liquidez é do Conselho de Administração, que acompanha periodicamente a projeção de fluxo de caixa da Companhia e realiza gestão de risco de liquidez, gerenciando as necessidades de captação e gestão de liquidez no curto, médio e longo prazos. Portanto, a Companhia gerencia o risco de liquidez mantendo adequadas reservas, linhas de crédito bancárias e linhas de crédito para captação de empréstimos que julgue adequados, através do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais e da combinação dos perfis de vencimento dos ativos e passivos financeiros. A tabela abaixo apresenta um sumário do perfil de vencimento dos passivos financeiros da Companhia com base em pagamentos não descontados e previstos em contrato:	(267.808)	(375.743)	(267.808)	(375.743)

31 de dezembro de 2021	Controladora		Fluxo de caixa		4 anos	
	Valor Contábil	Fluxo contratual	12 meses	2 anos	3 anos	ou mais
Passivos financeiros não derivativos						
Empréstimos e financiamentos	267.808	271.842	111.322	91.226	69.294	-
Fornecedores	434.477	434.477	434.477	-	-	-
Fornecedores convênio	41.324	41.324	41.324	-	-	-
Passivos de arrendamento	453.470	659.530	93.910	86.282	78.300	401.038
Contas a pagar por aquisição de investimento	18.476	18.476	-	-	-	18.476
Consolidado						

31 de dezembro de 2021	Controladora		Fluxo de caixa		4 anos	
	Valor Contábil	Fluxo contratual	12 meses	2 anos	3 anos	ou mais
Passivos financeiros não derivativos						
Empréstimos e financiamentos	267.808	271.842	111.322	91.226	69.294	-
Financiamentos quotas seniores FIDC Verdecard	510.442	516.177	134.649	170.139	116.944	94.445
Obrigações com conveniadas	147.685	147.685	147.685	-	-	-
Fornecedores	434.477	434.477	434.477	-	-	-
Fornecedores convênio	41.324	41.324	41.324	-	-	-
Passivos de arrendamento	453.470	659.530	93.910	86.282	78.300	401.038
Contas a pagar por aquisição de investimento	18.476	18.476	-	-	-	18.476

31.2 - Análise de sensibilidade de instrumentos financeiros - A Companhia apresenta a seguir as informações sobre seus instrumentos financeiros, as quais são requeridas pelas IFRS e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil. Na elaboração dessa análise de sensibilidade complementar, a Companhia adotou as seguintes premissas:

- Identificação dos riscos de mercado que podem gerar prejuízos materiais para a Companhia, que são os mesmos divulgados na nota explicativa nº 31.1.b.
- Definição de um cenário provável do comportamento do risco que, caso ocorra, possa gerar resultados adversos para a Companhia e que é referenciada por fonte externa independente.
- Apresentação do impacto do cenário definido no valor justo dos instrumentos financeiros operados pela Companhia.

31.2.1 Análise de sensibilidade da taxa de juros - Os resultados da Companhia estão suscetíveis a variações das taxas de juros incidentes sobre aplicações financeiras, empréstimos e financiamentos com taxas de juros variáveis, atreladas principalmente ao CDI. A Administração da Companhia não tem conhecimento de fatos que tenham ou possam vir a ter impactos significativos neste índice de forma a afetar os resultados da Companhia. Um aumento ou uma redução de 200 pontos base é utilizado para apresentar internamente os riscos de taxa de juros ao pessoal-chave da Administração e corresponde à avaliação da Administração das possíveis mudanças nas taxas de juros. Se as taxas de juros fossem 22% mais altas/baixas, equivalente a uma variação de 200 pontos base, e todas as outras variáveis se mantivessem constantes, o lucro do exercício de 2021 diminuiria/aumentaria em R\$ 5.210. Isso ocorre principalmente devido à exposição do Grupo a taxas de juros pós-fixadas vinculadas a obrigações.

31.3 Mensuração de valor justo - A Companhia divulga o valor justo dos instrumentos financeiros mensurados a valor justo e dos instrumentos financeiros mensurados ao custo de amortização, cujos respectivos valores justos diferem dos saldos contábeis, conforme CPC 46 e a IFRS 13, os quais referem a conceitos de avaliação e requerimentos de divulgações. Os valores justos de caixas e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes, outros créditos, partes relacionadas – ativo, aplicações financeiras, fornecedores, fornecedores convênio, obrigações com conveniadas, contas a pagar por aquisição de investimento e Quotas Seniores FIDC Verdecard são equivalentes aos seus valores contabilizados. Os valores justos são calculados pela projeção do fluxo de caixa futuros e descontados a valor presente considerando taxas de mercado atuais para cada operação. A tabela a seguir apresenta a hierarquia dos valores justos de ativos e passivos financeiros registrados a valor justo e dos instrumentos financeiros mensurados ao custo amortizado, cujo valor justo está sendo divulgado nas demonstrações financeiras:

	Nível	Controladora			
		31/12/21	31/12/20	31/12/21	31/12/20
Ativos financeiros		Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
		31/12/21	31/12/20	31/12/21	31/12/20
Aplicações financeiras	2	5.849	5.849	5.401	5.401
Passivos financeiros					
Empréstimos e financiamentos (custo amortizado)	2	267.808	241.136	375.743	354.512
Consolidado					
	Nível	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
		31/12/21	31/12/20	31/12/21	31/12/20
Aplicações financeiras LFT	1	79.040	79.040	26.135	26.135
Aplicações financeiras CDB	2	5.849	5.849	5.401	5.401

Empréstimos e financiamentos (custo amortizado) - 2 267.808 241.136 375.743 354.512

Nível 1: Preços de mercado cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos;

Nível 2: Mensuração do valor justo na data do balanço utilizando outras premissas significativas observáveis.

32 ARRENDAMENTOS

A tabela abaixo evidencia as taxas de desconto utilizadas para o desconto a valor presente dos fluxos de pagamentos dos aluguéis, vis-à-vis os prazos dos contratos:

Contratos por prazo e taxa de desconto		Controladora e Consolidado	
Prazos Contratos	Taxas % a.a.		
		31/12/21	31/12/20
1 a 5 anos	7,90%		
5 a 10 anos	8,58%		
> 10 anos	8,88%		

A movimentação de saldos do passivo de arrendamento é apresentada no quadro abaixo:

	Controladora e Consolidado			
	Direito de Uso	Máquinas e Equipamentos	Consolidado	Taxas % a.a.
Passivo de Arrendamento				
Saldo em 31/12/2019	204.841	2.789	207.630	
Adições	104.508	-	104.508	
Remensurações/Baixas	37.629	-	37.629	
Contraprestações pagas	(59.940)	(1.203)	(61.143)	
Juros do Período	19.085	304	19.389	
Saldo em 31/12/2020	306.123	1.890	308.013	
Saldo em 31/12/2020	306.123	1.890	308.013	
Adições	141.877	-	141.877	
Remensurações/Baixas	54.070	-	54.070	
Contraprestações pagas	(79.926)	(1.294)	(81.220)	
Juros do Período	30.426	304	30.730	
Saldo em 31/12/2021	452.570	900	453.470	

A tabela evidencia que ao final dos contratos de arrendamento ambas as formas de adoção apresentam efeito nulo no Patrimônio Líquido da Companhia.

Tabela Comparativa de Aplicações do IFRS 16 / CPC 06 (R2) considerando Inflação (Direito de Uso)																						
(Em milhares de Reais)	Ano 0	Ano 2	Ano 3	Ano 4	Ano 5	Ano 6	Ano 7	Ano 8	Ano 9	Ano 10	Ano 11	Ano 12	Ano 13	Ano 14	Ano 15	Ano 16	Ano 17	Ano 18	Ano 19	Ano 20	Ano 21	
Passivo de Arrendamento																						
IFRS 16 / CPC 06 (R2)	152.096	204.842	306.123	452.570	393.999	339.019	287.213	238.691	193.034	154.145	119.892	92.500	73.412	61.996	55.961	49.411	42.386	35.135	27.390	19.174	10.240	-
Nota Explicativa	174.324	247.524	353.187	557.650	503.542	448.862	395.296	342.439	281.657	229.114	186.519	151.782	125.620	106.270	98.366	89.192	74.986	63.312	50.175	35.645	19.183	-
% BP sobre																						
nota explicativa	(12,75%)	(17,24%)	(13,33%)	(18,84%)	(21,75%)	(24,47%)	(27,34%)	(30,30%)	(31,46%)	(32,72%)	(35,72%)	(39,06%)	(41,56%)	(41,66%)	(43,11%)	(44,60%)	(43,47%)	(44,50%)	(45,41%)	(46,21%)	(46,62%)	-
Ativo de Arrendamento																						
IFRS 16 / CPC 06 (R2)	141.478	191.096	286.170	421.925	354.295	294.250	240.512	192.757	150.421	116.094	87.057	64.487	49.184	40.011	34.696	29.390	24.143	19.192	14.315	9.544	4.772	-
Nota Explicativa	158.159	222.621	318.847	497.863	423.723	355.197	293.074	237.227	187.431	147.427	113.077	85.715	66.571	54.611	47.338	40.076	32.901	26.166	19.526	13.017	6.509	-
% BP sobre																						
nota explicativa	(10,55%)	(14,16%)	(10,25%)	(15,25%)	(16,39%)	(17,16%)	(17,93%)	(18,75%)	(19,75%)	(21,25%)	(23,01%)	(24,77%)	(26,12%)	(26,74%)	(26,71%)	(26,66%)	(26,62%)	(26,65%)	(26,68%)	(26,68%)	(26,68%)	-
Despesa Financeira																						
IFRS 16 / CPC 06 (R2)		(14.762)	(19.086)	(30.426)	(36.699)	(32.100)	(27.746)	(23.598)	(19.616)	(15.942)	(12.804)	(10.063)	(7.905)	(6.352)	(5.484)	(4.955)	(4.380)	(3.792)	(3.158)	(2.492)	(1.773)	(990)
Nota Explicativa		(16.981)	(25.266)	(40.139)	(45.435)	(41.194)	(37.003)	(32.799)	(28.413)	(23.288)	(19.393)	(15.968)	(13.144)	(10.894)	(9.449)	(8.783)	(7.952)	(6.833)	(5.844)	(4.748)	(3.511)	(2.105)
% BP sobre																						
nota explicativa		(13,07%)	(24,46%)	(24,20%)	(19,23%)	(22,08%)	(25,02%)	(28,05%)	(30,96%)	(31,54%)	(33,97%)	(36,98%)	(39,86%)	(41,70%)	(41,96%)	(43,58%)	(44,93%)	(44,51%)	(45,95%)	(47,52%)	(49,51%)	(52,96%)
Despesa de Depreciação																						
IFRS 16 / CPC 06 (R2)		(35.197)	(43.674)	(55.419)	(62.298)	(56.392)	(50.460)	(44.828)	(39.645)	(32.055)	(27.080)	(21.009)	(14.217)	(8.472)	(4.872)	(4.864)	(4.805)	(4.510)	(4.435)	(4.330)	(4.330)	(4.330)
Nota Explicativa		(36.764)	(44.119)	(60.177)	(69.611)	(64.325)	(58.314)	(52.410)	(46.621)	(37.329)	(32.014)	(25.455)	(17.778)	(11.042)	(6.670)	(6.660)	(6.572)	(6.133)	(6.039)	(5.906)	(5.906)	(5.906)
% BP sobre																						
nota explicativa		(4,26%)	(1,01%)	(7,91%)	(10,50%)	(12,33%)	(13,47%)	(14,47%)	(14,96%)	(14,13%)	(15,41%)	(17,47%)	(20,03%)	(23,27%)	(26,95%)	(26,96%)	(26,89%)	(26,47%)	(26,55%)	(26,68%)	(26,68%)	(26,68%)

continuação>>>

LOJAS QUERO-QUERO S.A. - CNPJ sob nº 96.418.264/0218-02 | NIRE nº 4330002898-4 - Companhia de Capital Aberto

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da **Lojas Quero-Quero S.A.**

Opinião - Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Lojas Quero-Quero S.A. ("Companhia"), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Lojas Quero-Quero S.A. em 31 de dezembro de 2021, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro ("International Financial Reporting Standards - IFRS"), emitidas pelo "International Accounting Standards Board - IASB".

Base para opinião - Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e a suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria - Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

a) Reconhecimento de Receita: Conforme divulgado na nota explicativa nº 26 às demonstrações financeiras individuais e consolidadas, parte substancial das receitas da Companhia são relacionadas com as atividades de negócio de Varejo e Cartões de Crédito. As receitas de vendas de mercadoria nas lojas são compostas por um grande volume de transações descentralizadas e de pequeno valor, e as receitas de cartão de crédito são compostas de taxa de administração cobrada das empresas conveniadas com base nos valores transacionados com os cartões de crédito e receita de anuidade cobrada dos usuários do cartão de crédito. Concluído o processamento do faturamento nas lojas e de mensuração das receitas de cartão de crédito, a adequação do registro contábil depende da correta integração entre os sistemas auxiliares e o sistema contábil. Devido ao alto grau de informatização do processo de reconhecimento de receita, ao grande volume de itens faturados, à relevância dos controles associados com o processo de faturamento e mensuração das receitas de cartão de crédito, bem como à representatividade das receitas no conjunto das demonstrações financeiras, consideramos essa área relevante para nossa auditoria.

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: (a) o entendimento e o teste do desenho dos controles internos relevantes implementados pela Diretoria sobre o reconhecimento da receita; (b) o teste da integridade entre os sistemas auxiliares e o sistema contábil; (c) a avaliação dos lançamentos manuais efetuados diretamente no sistema contábil; (d) a execução de teste que compreendeu desenvolver uma expectativa independente do montante das receitas de vendas de mercadoria e das receitas de anuidade, e sua comparação com as receitas efetivamente reconhecidas; (e) a execução de testes sobre as transações das receitas de taxa de administração realizadas durante o período, com base em amostras, para verificar a documentação comprobatória que suportava os registros contábeis; e (f) a avaliação das divulgações efetuadas pela Companhia nas notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Com base no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados, entendemos que os critérios de reconhecimento de receita adotados pela Diretoria, assim como as respectivas divulgações nas notas explicativas, são aceitáveis no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Outros assuntos - *Demonstrações do valor adicionado* - As demonstrações individuais e consolidadas do valor adicionado ("DVA") referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, elaboradas sob a responsabilidade da Diretoria da Companhia e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria, executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão reconciliadas com as demais demonstrações financeiras e os registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e o seu conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse pronunciamento técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor - A Diretoria da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem a Mensagem da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange a Mensagem da Administração, e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler a Mensagem da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluímos que há distorção relevante na Mensagem da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a esse respeito.

Responsabilidades da Diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas - A Diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo IASB, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Diretoria pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia e de suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas - Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e de suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Diretoria.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela Diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e de suas controladas. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do Grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas. Somos responsáveis pela direção, pela supervisão e pelo desempenho da auditoria do Grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também, aos responsáveis pela governança, declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar consideravelmente nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Porto Alegre, 9 de março de 2022

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes Ltda.- CRC nº 2 SP 011609/O-8 "F" RS

Jonas Dal Ponte
Contador - CRC nº RS 058908/O-1

Deloitte.

ri.queroquero.com.br

PUBLICIDADE LEGAL TEM DATA CERTA PARA SER PUBLICADA!

O JC possui um portal específico que oferece praticidade e segurança para as publicações legais. Todas as publicações são certificadas digitalmente, respeitando integralmente as regras e normas estabelecidas por lei. Entre em contato para fazer um orçamento e conhecer melhor nosso produto.



agencias@jornaldocomercio.com.br



comercial@jornaldocomercio.com.br



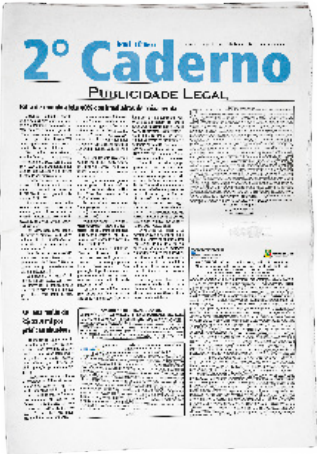
(51) 3213-1333 / 3213-1338



(51) 9 9649-0062

Jornal do Comércio

O Jornal de economia e negócios do RS



*Escaneie o QR Code para ter acesso ao portal de publicidade legal do JC

PROTOCOLO DE ASSINATURAS JORNAL DO COMÉRCIO

Para download do arquivo contendo a certificação digital clique no link:

<https://www.jornaldocomercio.com/edicao/jornal/jcomercio/2022/03/17/1459/issue9371.pdf>

Para verificar a autenticidade do documento acima acesse o site do ITI, ferramenta indicada pela ICP Brasil para validação do certificado digital:

<https://verificador.it.gov.br/verifier-2.7/>

Selecione o PDF baixado e clique em verificar conformidade:

[INÍCIO](#) [TERMOS DE USO](#) [F.A.Q.](#)

VERIFICADOR DE CONFORMIDADE

Arquivo de assinatura (recomenda-se os formatos .p7s, .xml, .pdf):

SELECIONAR ASSINATURA

VERIFICAR CONFORMIDADE

O documento foi assinado digitalmente pela Empresa Jornalística JC Jarros CNPJ 92.785.989/0001-04 com certificado digital reconhecido pelo ICP Brasil.

